

1. – INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2009

1.1 – METODOLOGIA ADOPTADA

No âmbito do planeamento e do desenvolvimento municipal, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas da autarquia e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito.

A disposição legal que o determina encontra-se nos termos do n.º 2 dos artigos 49.º, alínea c) do n.º 2, artigo 53.º e alínea d) do n.º 2 do artigo 64, todos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

Na elaboração das contas, que se apresentam, foram respeitadas as regras estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei 315/2000 de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 84-A/2002 de 5 de Abril.

Na elaboração das contas foram também observadas as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de Julho, publicadas na II.ª série do D.R. n.º 191, de 18 de Agosto de 2001.

Na análise do presente documento de prestação de contas que se apresenta deverá tomar-se em consideração as condicionantes referidas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Por sua vez, o presente Relatório de Gestão traduz, nos termos do ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a situação económica relativa ao exercício de 2009, a análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividades, designadamente no que respeita ao investimento.

Tal como em anos anteriores, contempla uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados, assim como a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros nos últimos três anos.

Handwritten signatures and initials:
Lousa
S. J. M.
L. M.
A.
341

Por último, apresenta-se a proposta fundamentada da aplicação de resultados líquidos do exercício.

1.2 - ALGUMAS LIMITAÇÕES E RESERVAS AO PRESENTE RELATÓRIO

Procurando melhorar no presente exercício a normalização contabilística do POCAL Dec. -Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei ° 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000, de 02 de Dezembro e Decreto-Lei nº84-A/2002, Supl. de 05 de Abril, continuam os serviços a aperfeiçoar os procedimentos, nomeadamente ao nível do imobilizado do Município, tais como bens do domínio público englobando estradas e arruamentos, bens móveis e bens imóveis designadamente edifícios escolares e terrenos próprios.

Tal como referimos em exercícios anteriores, e embora se esteja a avançar neste campo, em termos patrimoniais, a interpretação deverá ser efectuada com algumas reservas, uma vez que o valor do activo em posse do Município (património) ainda não se encontra apurado na sua totalidade e, importa ainda mencionar, que as taxas de amortizações previstas no CIBE, estão definidas por consideração à óptica da natureza económica e não por relação à óptica de natureza fiscal, facto que origina que os períodos de amortização sejam superiores e, consequentemente os custos das amortizações inferiores, logo, influencia positivamente o valor do Resultado Líquido do Exercício.

Por último, refira-se que os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão de 2009 reflectem, de forma completa, clara e rigorosa como decorreu a gestão municipal no exercício.

Tramitação
Shiguno
An. Cur
342

1.3 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SEGUIDAS EM 2009

De acordo com o previsto nas Grandes Opções do Plano e em harmonia com a estratégia de desenvolvimento delineada a médio prazo, o Município de Rio Maior deu continuidade ou iniciou uma multiplicidade de projectos, acções e actividades, de que destacamos:

No âmbito da Administração Geral:

- Modernização Administrativa

No âmbito da Educação

- Construção de três novos Centros Escolares;
- Início da construção de novas creches;
- Alargamento dos serviços prestados à comunidade escolar, resultado da assunção de novas competências.

No âmbito da Saúde

- Aquisição de duas carrinhas Unidades Móveis de Saúde para prestação de serviços de enfermagem à população do Concelho.

No Ordenamento do Território:

- Execução de diversas obras no âmbito da reabilitação urbana da cidade (Requalificação urbana, parques de estacionamento, beneficiação de vias Rodoviárias e pedonais, etc.).

No Saneamento:

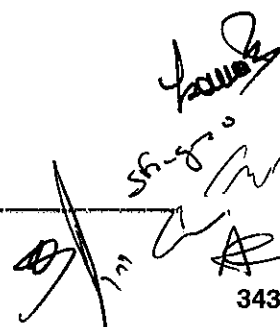
- Extensão e beneficiação da rede colectora existente em todo o Concelho.

No Abastecimento Público de água:

- Ampliação e reforço da rede e beneficiação de depósitos.

No desporto, recreio e lazer:

- Centro de Alto Rendimento de Rio Maior - Natação.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several initials below it.

Nos transportes e comunicações:

- Conclusão do Caminho Rural "Gançaria – Cidral" – Troço Cidral-S.Sebastião;
- Beneficiação de arruamentos e pontes nas Freguesias;
- Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal.

Para além destes projectos e acções, devem, também, destacar-se:

- Reforço da descentralização para as Freguesias e da cooperação com as mesmas;
- Candidatura no âmbito da regeneração urbana;

Para além destes destaques, houve, naturalmente, a concretização de dezenas de outros projectos, acções e iniciativas conforme pode verificar-se nos documentos de acompanhamento da execução do PPI, AMR e do orçamento municipal.

Com mais ou menos relevância todos os projectos, acções e actividades desenvolvidas são peças imprescindíveis ao cumprimento dos objectivos traçados e ao desenvolvimento harmonioso do Concelho de Rio Maior.



2. – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Rio Maior é suportada pela existência de duas estruturas, uma política e outra administrativa, interrelacionadas no desenvolvimento da actividade municipal.

2.1 - ESTRUTURA POLÍTICA

Assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da actividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos directamente como deputados municipais e 14 indirectamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Juntas de Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Rio Maior (14 Freguesias).

A Câmara Municipal é constituída por 7 membros – 1 Presidente e 6 Vereadores, a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a actividade dos serviços municipais.

No âmbito deste órgão destaca-se assim, através do mecanismo de delegação de competências, um “Corpo Executivo” constituído pela Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área da gestão (3), nomeados a tempo inteiro, que têm a seu cargo a supervisão directa das actividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a execução dos objectivos que materializam as políticas definidas.

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA

É constituída por três tipos de unidades orgânicas:

Serviços de apoio à Câmara Municipal e aos órgãos autárquicos, cuja função consiste essencialmente na execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município;

Serviços de actividades – meio ou adjectivas de apoio técnico ou instrumental, cuja actividade constitui o suporte ao funcionamento dos serviços do Município, pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro e de actividade,

[Handwritten signatures and initials]

controlo da execução orçamental dos meios financeiros de que dispõe, modernização do seu funcionamento e gestão administrativa dos meios humanos e materiais;

Serviços de actividades-fim ou substantivas-operativas, cuja actividade consiste na prestação de serviços à população, desenvolvendo-se no seio de um conjunto de áreas de competência que correspondem aos grandes objectivos gerais definidos pelo Executivo Municipal para o exercício do seu mandato.

A estrutura organizativa do Município é, assim, constituída ao nível macro, por um conjunto de unidades orgânicas, hierarquicamente escalonadas em 5 Departamentos e 11 Divisões, dos quais se encontram ocupados 2 Departamentos e 6 Divisões.

2.2.1– ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

A administração municipal abrange os mais diversos campos de actuação, encontrando-se a actividade administrativa associada, em termos de apoio instrumental, a todas as áreas de intervenção municipal, constituindo os serviços de apoio instrumental elemento indispensável na gestão municipal.

A actividade administrativa desenvolveu-se para as tarefas de índole especificamente administrativa e financeira como também nas unidades orgânicas de carácter operativo através dos respectivos sectores e núcleos de apoio administrativo.

As tarefas administrativas são asseguradas por um corpo de funcionários administrativos colocados em todos os serviços da Estrutura Municipal.

Os procedimentos administrativos são múltiplos, revestindo-se de graus de complexidade diversa.

A título de exemplo e com objectivo de ilustrar a actividade administrativa destaca-se o sector de atendimento ao munícipe, dado que o Município de Rio Maior tem tido a preocupação de cada vez mais fomentar a qualidade dos serviços prestados ao Munícipe, procurando através do GAAM – Gabinete de Atendimento e Apoio ao Munícipe

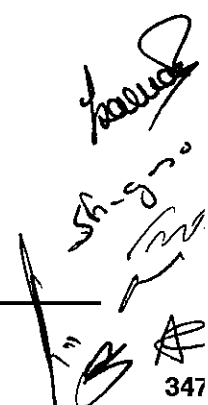
e do SAAM – Serviço de Atendimento e Apoio ao Munícipe, ter um espaço pensado em função do bem estar do utente, quer em termos de acolhimento, quer a nível de eficiência do atendimento.

Sendo o sector de atendimento ao Munícipe (GAAM e SAAM) um serviço de atendimento ao público, tem um papel de interlocutor, onde os munícipes se dirigem, independentemente do assunto que venham tratar, cabendo àqueles, por conseguinte, a responsabilidade de acolher, auscultar, dialogar, apoiar/informar os utentes e encaminhar todos os assuntos para os diferentes serviços da Autarquia.

Por aqui se subentende a forte interligação e dinâmica criadas entre este serviço e os restantes serviços municipais e eleitos locais, na medida em que, se a uns compete a recepção e o acolhimento do munícipe e a resolução de problemas imediatos, a outros compete o importante papel de dar andamento legal a todas as questões solicitadas pelo utente, bem como a respectiva execução, decisão ou deliberação.

O GAAM / SAAM intervém em áreas como o urbanismo e ordenamento do território, obras particulares, águas, taxas e licenças, educação, património, trânsito, emissão de certificados de registo de cidadãos da União Europeia, candidaturas ao programa SOLARH e reclamações diversas.

Funcionam, ainda, no GAAM, no âmbito de Protocolos que o Município de Rio Maior tem com outras entidades, serviços como a DECO – Defesa do Consumidor, a INFOJUS – Espaço de Acesso à Justiça e o CLAI – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

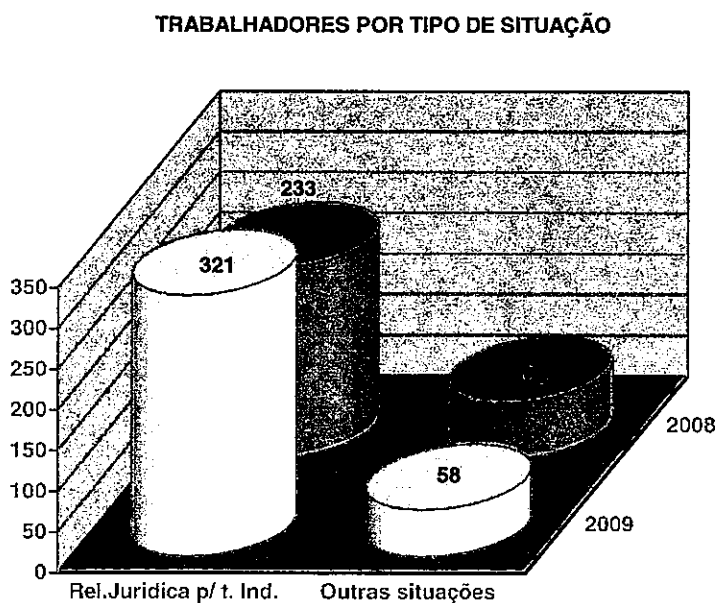
3. – RECURSOS HUMANOS

O funcionamento da estrutura municipal depende essencialmente dos recursos humanos, tendo o mapa de pessoal sido dotado para o efeito, de acordo com o levantamento de necessidades efectuado no final de 2008, para o exercício de 2009 e monitorado o mesmo durante o decurso de todo aquele ano.

Neste contexto, a actividade desenvolvida pelo Departamento de Administração Geral – Divisão de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, visou a execução das políticas e estratégias definidas, com a preocupação de dinamizar e valorizar o capital humano e, simultaneamente, atingir objectivos de eficácia e eficiência na prática administrativa.

No ano de 2009 o número de trabalhadores ao serviço na Autarquia era de 379, sendo que 58 detinham relação jurídica de emprego por tempo determinado, ou exerciam funções em comissão de serviço

Regista-se uma diferença global traduzida num acréscimo de 78 trabalhadores relativamente ao ano 2008. Convém, contudo, referir que esta diferença advém exclusivamente da transferência do pessoal não docente do Ministério de Educação para a Câmara Municipal de Rio Maior (85 trabalhadores). Pelo que, em termos relativos, sem considerar estes últimos, ter-se-ia constatado um decréscimo.



Handwritten notes and signatures:
 37-800
 120
 348

3.1 - DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL – ORGANOGRAMA

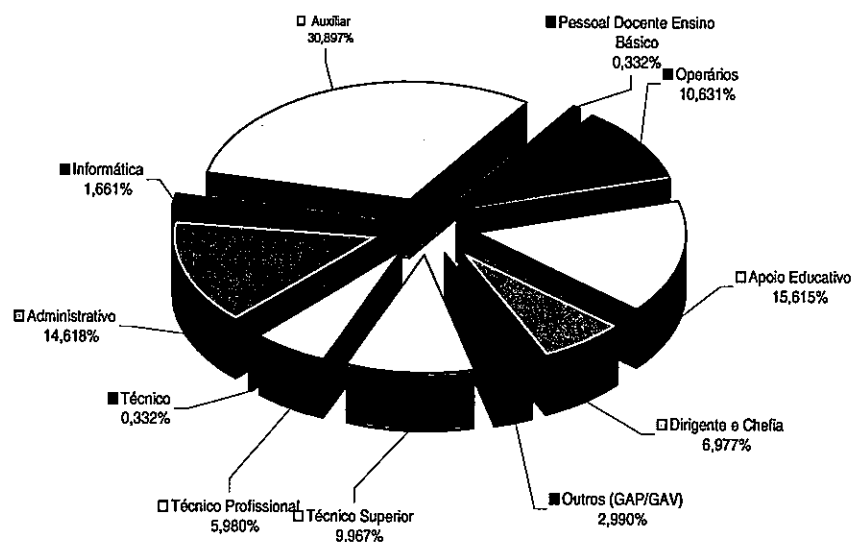
Conforme se pode verificar é na Divisão de Juventude, Educação e Cultura que existe um maior número de trabalhadores (175), representando 46,17% do total de trabalhadores. De seguida aparece a Divisão de Ambiente, Águas, Saneamento e Serviços Urbanos com 51 e a Divisão de Recursos Humanos e Modernização Administrativa com 30 trabalhadores.

PESSOAL	Rel. Jurídica p/T. Indeterminado		Outras Situações		TOTAL	%
	V.Abs.	%	V.Abs.	%		
DEPART. DE ADMINISTRAÇÃO GERAL						
Director do Departamento	0	0,00	1	1,72	1	0,26
Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sector de Execuções Fiscais	1	0,31	0	0,00	1	0,26
Divisão de Gestão Administrativa	17	5,30	1	1,72	18	4,75
Divisão Recursos Humanos e Mod. Administ.	27	8,41	3	5,17	30	7,92
DEPART. DE GESTÃO E PLANEAMENTO						
Director do Departamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Divisão de Gestão Financeira	22	6,85	0	0,00	22	5,80
Gabinete Gestão Controlo Plano Orçamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento	2	0,62	0	0,00	2	0,53
DIV. CONSULTADORIA E CONTENCIOSO						
Chefe de Divisão	0	0,00	1	1,72	1	0,26
Secção Contra-Ordenações	6	1,87	0	0,00	6	1,58
Sector Fiscalização Munic. Adm.	1	0,31	0	0,00	1	0,26
DEPART. OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE ÁGUAS, SANEAM. E SERVIÇOS URBANOS						
Director do Departamento	1	0,31	0	0,00	1	0,26
Apoio Administrativo	1	0,31	0	0,00	1	0,26
Divisão de Obras Municipais	19	5,92	1	1,72	20	5,28
Divisão Amb. Águas, Saneam. e Serv. Urb.	47	14,64	4	6,90	51	13,46
Gabinete de Apoio Técnico	1	0,31	1	1,72	2	0,53
Sector Gest. Equipam. Viaturas e Oficinas	3	0,93	0	0,00	3	0,79
Sector de Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DEPART. URBANISMO ORD.TERRITORIO						
Director do Departamento	0	0,00	1	1,72	1	0,26
Gabinete Téc. Req. Urb.Ordenam. Território	1	0,31	0	0,00	1	0,26
Divisão de Obras Particulares	7	2,18	1	1,72	8	2,11
Divisão Gestão Planeam. Urbanist.	10	3,12	0	0,00	10	2,64
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL, DESPORTO E JUVENTUDE						
Director do Departamento	0	0,00	1	1,72	1	0,26
Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Divisão do Desporto	3	0,93	1	1,72	4	1,06
Divisão de Acção Social	6	1,87	1	1,72	7	1,85
Divisão de Juventude Educação e Cultura	139	43,30	36	62,07	175	46,17
OUTROS (GAP/GAV)	5	1,56	5	8,62	10	2,64
GAB. SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CONS. MUNICIPAL PARA A QUALIDADE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GABINETE DE PROJECTOS ESPECIAIS	1	0,31	0	0,00	1	0,26
GAB. IMAGEM COMUNIC. REL. PÚBLICAS	1	0,31	0	0,00	1	0,26
TOTAIS	321	100	58	100	379	100

3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CARREIRA

Conforme se pode verificar no quadro infra o maior número de trabalhadores pertence à área da educação (125), representando cerca de 33% da totalidade dos trabalhadores. Nos demais serviços municipais, os grupos mais representativos correspondem às carreiras do regime geral, designadamente, os assistentes operacionais (110), os assistentes técnicos (69), e os técnicos superiores (33).

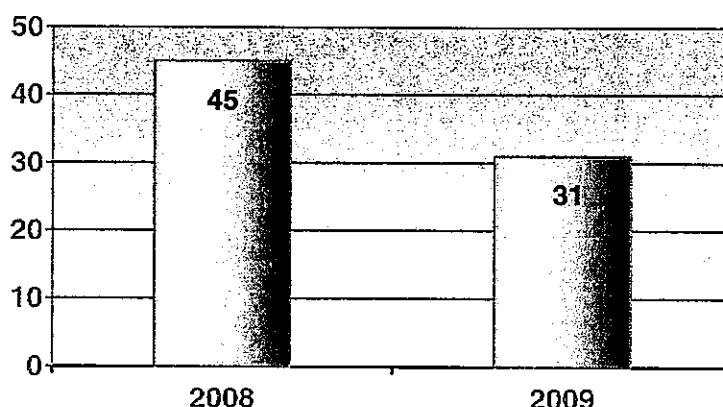
PESSOAL	Rel. Jurídica p/ t. Indeterminado		Outras Situações		TOTAL	%
	V. Abs.	%	V. Abs.	%		
Dirigente e Coord. Técnicos	17	5,231	6	11,111	23	6,069
Técnico Superior	27	8,308	6	11,111	33	8,707
Fiscal Municipal	3	0,923	0	0	3	0,792
Assistente Técnico	65	20	4	7,407	69	18,206
Informática	5	1,538	1	1,852	6	1,583
Enc. Geral Operacional	1	0,308	0	0	1	0,264
Encarregado Operacional	4	1,231	0	0	4	1,055
Assistente Operacional	104	32	6	11,111	110	29,024
Educação - Assist. Téc/ Assist. Op	99	30,462	26	48,148	125	32,982
Outros (GAP/GAV)	0	0	5	9,259	5	1,319
TOTAIS	325	100	54	99,999	379	100



Handwritten signature and initials:
 SA-80
 350

3.3 - CONTRATOS DE TRABALHO A TERMO RESOLUTIVO

De assinalar que, em 2009, o número de contratos de trabalho a termo resolutivo existentes representa uma diminuição relativamente a 2008. Aliás, saliente-se, que este número corresponde a contratos que transitaram do ano anterior, porque na realidade, no ano 2009, não foram celebrados novos contratos por tempo determinado (a termo resolutivo certo ou incerto).

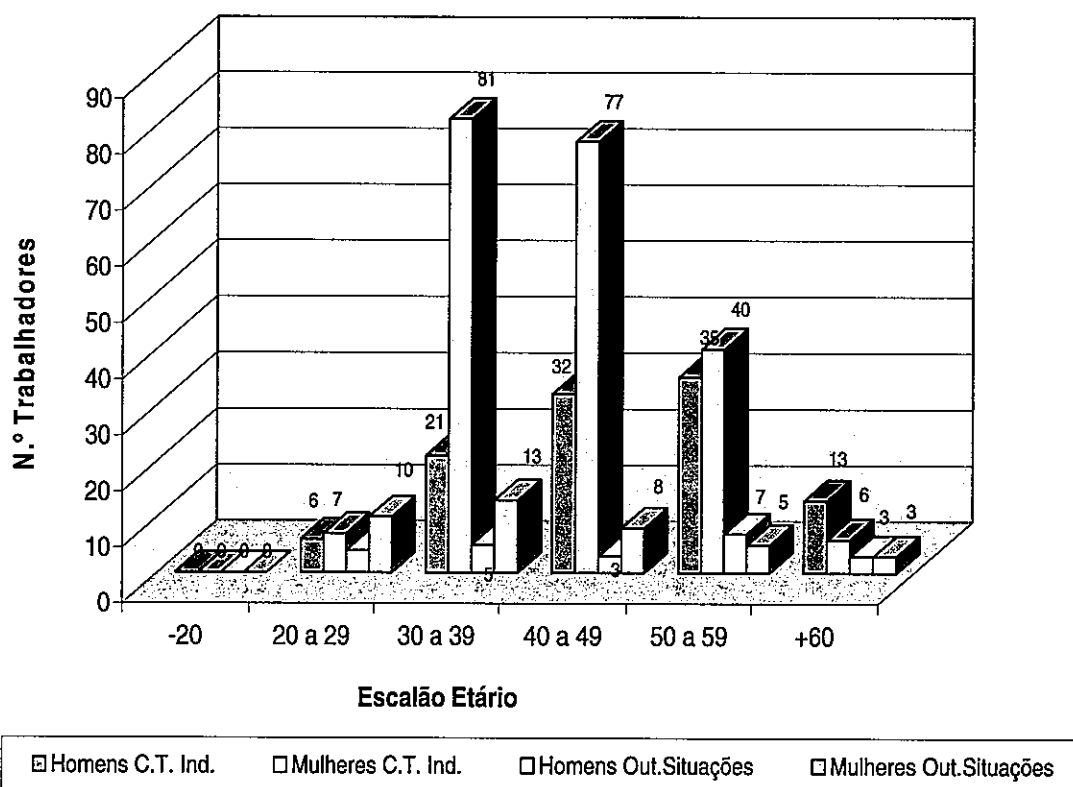


3.4 - TRABALHADORES POR GRUPO ETÁRIO E SEXO

Não obstante as análises estatísticas concluírem, em regra, a existência de um envelhecimento de pessoal da administração pública, constata-se que na CMRM a maioria das mulheres, que por seu turno constituem o principal grupo (250 de 379) tem idades compreendidas entre os trinta e quarenta e nove anos (cerca de 47,2%). Quanto aos homens (129 de 379), verifica-se um maior número numa faixa etária mais envelhecida, entre os cinquenta e os cinquenta e nove anos (cerca de 11%).

Handwritten signatures and initials

Anos	Homens		Mulheres		Total	%
	Rel. Ju. p/t. Ind.	Out. Situações	Rel. Ju. p/t. Ind.	Out. Situações	V. Absoluto	
-20	0	0	0	0	0	0
20 a 29	6	4	7	10	27	7,124
30 a 39	21	5	81	13	120	31,662
40 a 49	32	3	77	8	120	31,662
50 a 59	35	7	40	5	87	22,955
+60	13	3	6	3	25	6,596
Totais	107	22	211	39	379	99,999



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *João*
 - Middle right: *Stefano*
 - Bottom right: *Am*, *Am*, *Am*, *Am*

3.5 - TRABALHADORES POR GRAU HABILITACIONAL

DEPARTAMENTOS	GRAU HABILITACIONAL												
	Sem Escolar.	4.ª Classe	6.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
DEP. ADMINIST. GERAL	0	4	5	0	0	9	0	5	18	0	8	1	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execuções Fiscais	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Divisão de Gestão Administrativa	0	0	1	0	0	5	0	2	7	0	2	1	0
Divisão Rec. Humanos Mod. Adm.	0	4	4	0	0	4	0	3	10	0	5	0	0
DEP. GESTÃO FINANCEIRA	0	0	1	0	0	4	0	1	13	0	5	0	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Gestão Financeira	0	0	1	0	0	4	0	1	12	0	4	0	0
Gab. Gest. Controlo Plano Orçam.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete de Planeam. Desenvol.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
DIV. CONSULT. CONTENC.	0	0	0	0	0	2	0	0	4	0	2	0	0
Chefe de Divisão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Secção Contra-Ordenações	0	0	0	0	0	2	0	0	3	0	1	0	0
Sector Fiscalização Munic. Adm.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
DEP. OBRAS MUNIC. AMBI. ÁGUAS, SANEAM. SERV. URB.	3	36	14	0	0	10	0	1	5	0	9	0	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Divisão de Obras Municipais	2	12	2	0	0	2	0	0	2	0	3	0	0
Div. Amb. Águas Saneam. Serv. U	1	23	11	0	0	7	0	1	2	0	3	0	0
Gabinete de Apoio Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Sector Gest. Equipam. Viat. Oficin	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Sector de Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEP. URB. ORD. TERRITÓRIO	1	0	1	0	0	0	0	2	10	0	6	0	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Gabinete Téc. Req. Urb. Ord. Territ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Divisão de Obras Particulares	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0
Divisão Gestão Planeamento Urb.	0	0	0	0	0	0	0	2	5	0	3	0	0
DEP. EDUCAÇÃO, CULTURA ACÇÃO SOCIAL, DESP. JUV.	1	16	23	1	0	41	1	11	64	3	24	2	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão do Desporto	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0
Divisão de Acção Social	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	4	0	0
Divisão Juventude Educação Cultu	1	15	22	1	0	40	1	11	62	3	17	1	0
GAB. GAV.	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	3	0	0
GAB. SEG. PROTECÇÃO CIVIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONS. MUNIC. PARA A QUAL.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAB. DE PROJ. ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
GAB. IMAG. COM. REL. PÚB.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAIS	5	56	44	1	0	66	2	22	118	4	59	3	0

Realça-se, aqui, o número de trabalhadores que possuem o equivalente ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico (56), existindo ainda 5 sem escolaridade. Constata-se, que o nível habilitacional maioritário é o 12.º ano (118 trabalhadores – 31,13%).

3.6 - TRABALHADORES APOSENTADOS DE 2007 A 2009

DEPARTAMENTOS	APOSENTADOS		
	2007	2008	2009
DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO GERAL	2	1	
Director do Departamento	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0
Execuções Fiscais	0	0	0
Divisão de Gestão Administrativa	0	1	0
Divisão Recursos Humanos e Mod. Administrativa	1	1	0
DEPARTAMENTO GESTÃO FINANCEIRA	0	0	0
Director do Departamento	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0
Divisão de Gestão Financeira	0	0	0
Gabinete Gestão Controlo Plano Orçamento	0	0	0
Gabinete de Planeam. Desenvolvimento	0	0	0
DEPARTAMENTO JURÍDICO	1	1	0
Director do Departamento	0	0	0
Divisão de Consultadoria e Contencioso	0	0	0
Secção Contra-Ordenações	0	0	0
Sector Fiscalização Munic. Adm.	1	0	0
DEPARTAMENTO OBRAS MUNIC. AMBI. ÁGUAS, SANEAMENTO E SERV. URB.	4	3	3
Director do Departamento	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0
Divisão de Obras Municipais	2	2	1
Divisão de Ambiente Águas Saneam. Serv. Urbanos	1	1	1
Gabinete de Apoio Técnico	0	0	0
Sector Gestão Equipam. Viaturas Oficinas	0	0	1
Sector de Apoio Administrativo	0	0	0
DEPARTAMENTO URB. ORD. TERRITÓRIO	0	0	0
Director do Departamento	0	0	0
Divisão de Obras Particulares	0	0	0
Divisão Gestão Planeamento Urb.	0	0	0
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, CULTURA ACÇÃO SOCIAL, DESPORTO E JUVENTUDE	1	1	2
Director do Departamento	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0
Divisão do Desporto	0	0	0
Divisão de Acção Social	1	1	0
Divisão Juventude Educação Cultura	0	0	2
GAP/GAV	0	0	0
GABINETE SEG. PROTECÇÃO CIVIL	0	0	0
CONS. MUNIC. PARA A QUALIDADE	0	0	0
GABINETE DE PROJECTOS ESPECIAIS	0	0	0
GABINETE IMAGEM COM. REL. PÚBLICAS	0	0	0
TOTALS	8	4	5

Conforme se constata neste quadro, em 2009, o número de trabalhadores aposentados relativamente a 2008 aumentou. Continua a constatar-se que é na DOMAASSU que o número de aposentados tem sido mais elevado.

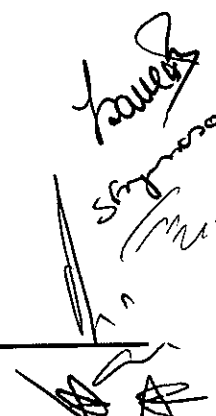
3.7 - ESTÁGIOS DE 2007 A 2009

DEPARTAMENTOS	ESTÁGIOS								
	2007			2008			2009		
	IEFP	PEPAL	CURRIC.	IEFP	PEPAL	CURRIC.	IEFP	PEPAL	CURRIC.
DEP. ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	0	2	0	0	2	3	0	3
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execuções Fiscais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Gestão Administrativa	0	0	1	0	0	0	1	0	1
Divisão Rec. Humanos e Mod. Administ.	0	0	1	0	0	2	2	0	2
DEP. GESTÃO FINANCEIRA	0	1	0	0	1	1	1	0	1
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Gestão Financeira	0	1	0	0	1	1	1	0	1
Gab. Gestão Controlo Plano Orçamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gabinete de Planeam. Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEPARTAMENTO JURIDICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Consultadoria e Contencioso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção Contra-Ordenações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sector Fiscalização Munic. Adm.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEP. OBRAS MUNIC. AMBI. ÁGUAS, SANEAM. E SERV. URB.	2	4	0	0	2	8	3	0	3
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Obras Municipais	1	2	0	0	1	1	0	0	2
Divisão Amb. Aguas Saneam. Serv. Urb.	1	2	0	0	1	6	3	0	0
Gabinete de Apoio Técnico	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Sector Gestão Equipam. Viaturas Oficinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sector de Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEP. URB. ORD. TERRITÓRIO	0	0	1	0	0	5	0	0	1
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão de Obras Particulares	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Divisão Gestão Planeamento Urb.	0	0	1	0	0	4	0	0	1
DEP. EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL, DESP. E JUV.	1	10	0	0	1	25	46	3	11
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisão do Desporto	0	0	0	0	0	9	0	1	3
Divisão de Acção Social	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Divisão Juventude Educação Cultura	1	10	0	0	1	16	46	1	8
GAP/GAV	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GABINETE SEG. PROT. CIVIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONS. MUNIC. PARA A QUALID.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAB. DE PROJECTOS ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GAB. IMAG. COM. REL. PÚBLICAS	0	0	0	0	0	2	1	1	1
TOTAIS	3	14	3	0	4	27	54	4	22

É de registar o número de estágios curriculares realizados em 2009, que apesar de representarem um número inferior relativamente ao ano anterior, continua a ser bastante significativo, pretendendo-se com o acolhimento destes jovens contribuir para a sua formação em contexto de trabalho. Quanto ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), foram realizados 4 estágios profissionais

Salienta-se que estes estágios não representaram um encargo financeiro relevante para a Câmara Municipal, face às comparticipações contratualizadas sobretudo se considerarmos o potencial humano acrescido para a actividade municipal.

Refira-se, ainda, que no ano 2009, foram desenvolvidas várias medidas de apoio ao Emprego, conforme Protocolo assinado com IEFP. Salientando-se o novo Programa de Estágios, denominados “Estágios – Qualificação – Emprego”, que conforme se pode verificar no quadro anterior, representam um número muito significativo (cinquenta e quatro).



3.8 - ABSENTISMO

DEPARTAMENTOS	TIPOS DE FALTAS												TOTAL	
	Doença Própria	Assist. Família	Interna- mento	Acid. Serviço	Falta Greve	Faleci- mento	Mate- Pater.	Trab. Estud.	F. Trab. D. Sem	O. Faltas Just. a)	Faltas Injust.	Faltas		
DEP. ADM. GERAL	641	104	10	0	0	18	66	0	8	15	0	862	9,1	
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execuções Fiscais	2	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	7	0,074	
Div. Gest. Administrativa	159	19	7	0	0	7	20	0	0	15	0	227	2,409	
Div. Rec. Hum. Mod. Adm.	480	85	3	0	0	8	46	0	6	0	0	628	6,665	
DEP. G. FINANCEIRA	331	62	5	49	2	10	0	10	6	0	0	475	5,1	
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão de Gestão Financeira	331	50	5	49	2	7	0	10	6	0	0	460	4,882	
Gab. Gest. Contr. Plano Orç.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Gab. Planeam. Desenvol.	0	12	0	0	0	3	0	0	0	0	0	22	0,233	
DIV. CONSULT. CONT.	108	1	0	0	0	0	0	0	2	18	0	130	1,4	
Chefe Divisão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Secção Contra-Ordenações	108	1	0	0	0	0	0	0	2	17	0	128	1,358	
Sector Fiscalização M. Adm.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,011	
DEP. OB. MUNIC. AMB. AG. SAN. SERV. URB.	1959	28	56	295	2	30	0	0	5	600	0	2975	3,1	
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão de Obras Municipais	1163	18	39	40	0	18	0	0	0	377	0	1592	16,9	
Div. Amb. Águas S. Serv. Urb.	791	8	17	183	2	12	0	0	5	223	0	1237	13,13	
Gabinete de Apoio Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sector Gest. Equip. Mat. Ofic.	5	2	0	72	0	0	0	0	0	0	0	88	0,934	
Sector Ap. Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DEP. URB. ORD. TERRIT.	278	56	12	0	0	5	168	0	0	2	0	521	5,5	
Director do Departamento	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Gab. Téc. Req. Urb. Ord. Territ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão Obras Particulares	137	7	0	0	0	0	150	0	0	1	0	295	3,131	
Divisão Gest. Planeam. Urb.	141	48	12	0	0	5	18	0	0	1	0	225	2,388	
DEP. EDUC. CULTURA ACÇÃO S. DESP. JUV.	2583	210	64	243	0	59	659	106	7	435	0	4366	0	
Director do Departamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Apoio Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão de Acção Social	13	6	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	
Divisão Juv. Educ. Cultura	2570	204	64	243	0	54	659	106	7	435	0	0	0	
GAB. DA PRESIDÊNCIA	61	1	0	0	0	0	1	20	0	1	0	45	0,5	
GAB. APOIO ORG. MUN.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GAB. SEG. PROT. CIVIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CONS. MUNIC. P. QUAL.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GAB. PROJ. ESPECIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GAB. IMAG. C. REL. P.ÚB.	40	5	0	0	0	2	0	2	0	0	0	49	0,5	
TOTAIS	5947	497	147	537	4	125	319	188	23	1066	0	9423	53	

a) Para Exercício Junta/Doação Sangue/Licença S/Venc./Perda Venc./Obrig. Legais/falta Comp. Horas Extraordinárias

3.9 – ABSENTISMO

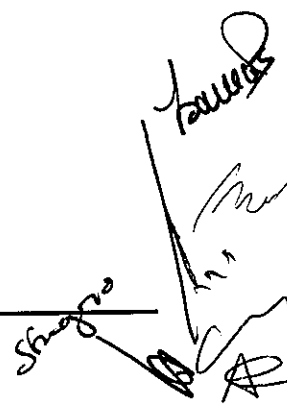
DEPARTAMENTOS	TOTAL QUADRO	
	N.º FALTAS	%
DEP. ADMINISTRAÇÃO GERAL	862	9,15
DEP. GESTÃO FINANCEIRA	475	5,04
DIV. CONSULTADORIA E CONTENCIOSO	130	1,38
DEP. OB. MUN. AMB. ÁG. SAN. SER. URB.	2975	31,57
DEP. URB. ORDENAMENTO TERRITÓRIO	521	5,53
DEP. EDUC. CULT. A. SOC. DESP. JUV.	4366	46,33
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	45	0,48
GAB. APOIO ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0	0,00
GAB. SEG. PROTECÇÃO CIVIL	0	0,00
CONS. MUNIC. PARA A QUALIDADE	0	0,00
GAB. DE PROJECTOS ESPECIAIS	0	0,00
GAB. IMAG. COM. RELAÇÕES PÚBLICAS	49	0,52
TOTALS	9423	100

Relativamente à tipologia das faltas que traduzem o absentismo, verifica-se em 2009, que as faltas por motivo de saúde continuam tal como nos anteriores anos a ser razão principal de ausência ao serviço (5947 faltas), seguidas de Maternidade/paternidade (913 faltas) e acidentes em serviço (587 faltas), pelo que se pode constatar que aquelas ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada protecção legal e até social, como seja o caso da maternidade e paternidade que rigorosamente não constituem faltas, no sentido mais restritivo do termo.

Handwritten signatures and initials:
 56-720
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Verifica-se, igualmente, talvez pelas próprias características do trabalho prestado, que os grupos com maior índice de absentismo – também justificado por doença – são os grupos de pessoal operacional.

O Departamento de Administração Geral, através da sua Divisão de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, está consciente de que se trata efectivamente de um valor elevado e tem procurado sensibilizar os trabalhadores, para o recurso excepcional de ausências ao trabalho, procurando também promover uma fiscalização rigorosa da justificação das faltas, com a colaboração de todos os Dirigentes e Chefias. Mas a referida situação maioritariamente de faltas por razões de saúde, e como tal documentalmente bem justificada, impede a obtenção de maiores resultados.



3.10 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o ano de 2009, participaram 60 trabalhadores em 30 acções de formação, num total de cerca de 454 horas, realizadas por várias entidades.

O grupo em que se registou o maior número de participantes foi o dos Técnicos Superiores (33) seguido dos Dirigentes e Chefias (9) e os Assistentes Técnicos com 6 formandos.

Verifica-se uma diferença significativa relativamente ao ano anterior que se justifica pelo facto da Câmara Municipal ter beneficiado em 2008, de candidaturas apresentadas por outras entidades, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

GRUPOS DE PESSOAL	2008	PESSOAL	2009
Dirigente e Chefia	38	Dirigente e Chefia	9
Técnico Superior	51	Técnico Superior	33
Técnico – Profissional	7	Assistente Técnico	6
Assistente Administrativo	68	Assistente Operacional	5
Auxiliar	28	Encarregado Geral Operacional	1
Apoio Educativo	1	Educação/Assistente Técnico	1
Operário	6	Fiscal Municipal	3
Informática	9	Informática	2
Total	208	Total	60

4. EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

ANÁLISE FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

(unidade: €)

SALDO EM 31/12/08		808.899,24	
(+) RECEITAS CORRENTES	IMPOSTOS, TAXAS E REND. PROP.	6.010.756,80	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.657.777,13	
	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.234.528,31	
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.125,30	14.925.187,54
TOTAL		15.734.086,78	
(-) DESPESAS CORRENTES	DESPESAS COM O PESSOAL	6.209.012,65	
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.068.919,51	
	JUROS E OUTROS ENCARGOS	365.433,23	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.263.635,91	
	SUBSÍDIOS	809.000,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.642,34	14.896.643,64
TOTAL		837.443,14	
(+) RECEITAS DE CAPITAL	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	101.318,32	
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.507.866,79	
	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	
	PASSIVOS FINANCEIROS	4.382.760,90	
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	11.623,27	9.003.569,28
	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	8.565,06	9.012.134,34
TOTAL		9.849.577,48	
(-) DESPESAS DE CAPITAL	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.358.093,76	
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	696.295,63	
	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	
	PASSIVOS FINANCEIROS	1.399.534,47	
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.453.923,86
SALDO EM 31/12/09		395.653,62	

COBERTURA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

(unidade: €)

ORIGEM DOS RECURSOS	
RECEITAS DE CAPITAL	9.003.569,28
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	8.565,06
POUPANÇA CORRENTE	28.543,90
SALDO DE 2008	808.899,24
	9.849.577,48
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.358.093,76
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	696.295,63
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	1.399.534,47
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00
	9.453.923,86
SALDO PARA 2009	395.653,62
	9.849.577,48

DESIGNAÇÃO	2007	2008	2009
RECEITA CORRENTE	13.319.840,61	13.266.519,70	14.925.187,54
DESPESA CORRENTE	11.959.016,53	13.250.464,07	14.896.643,64
SALDO CORRENTE	1.360.824,08	16.055,63	28.543,90
REC. PROP. DE CAPITAL (a)	* 3.415.873,29	* 2.662.743,85	* 4.620.808,38
DESPESA DE CAPITAL (b)	4.433.620,90	3.285.869,43	8.054.389,39

a) Não inclui o produto da contracção de empréstimos

b) Não inclui a amortização de empréstimos

* Inclui reposições não abatidas nos pagamentos

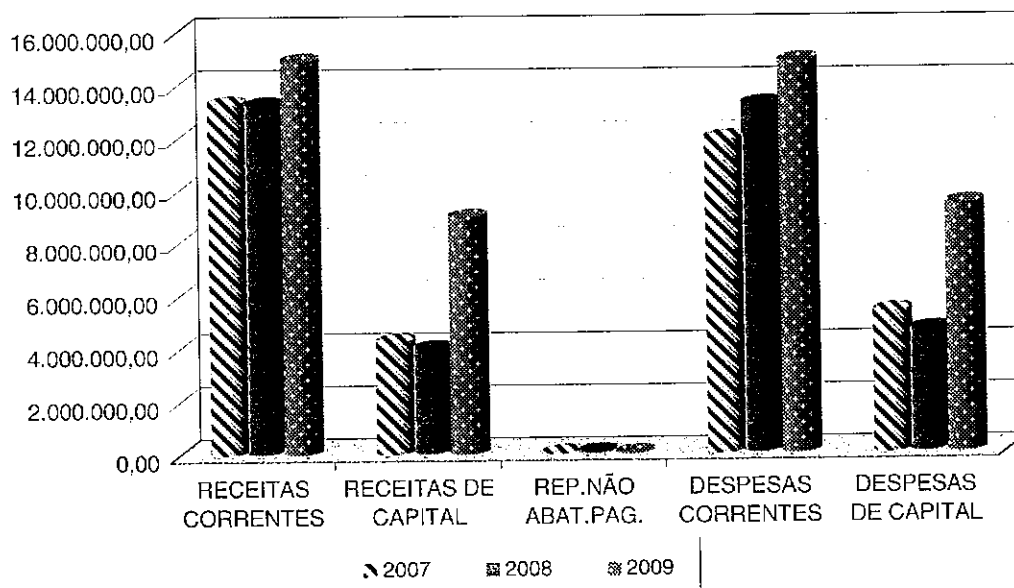
É de sublinhar que o saldo corrente se mantém positivo no presente exercício.

RELAÇÃO DAS DESPESAS E RECEITAS

PERÍODO 2007-2009

RUBRICAS	2007		2008		2009		VARIACÕES		VARIACÕES	
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	2007-2008		2008-2009	
							VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%
RECEITAS CORRENTES	13.319.840,61	75,70	13.266.519,70	76,60	14.925.187,54	62,35	-53.320,91	-0,36	1.658.667,84	11,11
RECEITAS DE CAPITAL	4.263.954,68	24,23	3.997.728,76	23,08	9.003.569,28	37,61	-266.225,92	-2,96	5.005.840,52	55,60
REP.NÃO ABAT.PAG.	12.608,74	0,07	54.676,78	0,32	8.565,06	0,04	42.068,04	491,16	-46.111,72	-538,37
TOTAL DAS RECEITAS	17.596.404,03	100,00	17.318.925,24	100,00	23.937.321,88	100,00	-277.478,79	-1,16	6.618.396,64	27,85
DESPESAS CORRENTES	11.959.016,53	69,08	13.250.464,07	74,03	14.896.643,64	61,18	1.291.447,54	8,67	1.646.179,57	11,05
DESPESAS DE CAPITAL	5.352.352,84	30,92	4.648.491,17	25,97	9.453.923,86	38,82	-703.861,67	-7,45	4.805.432,69	50,83
TOTAL DAS DESPESAS	17.311.369,37	100,00	17.898.955,24	100,00	24.350.567,50	100,00	-587.585,87	-3,28	6.451.612,26	26,49
POUPANÇA CORRENTE	1.360.824,08	10,22	16.055,63	0,12	28.543,90	0,19				

RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS PERÍODO 2007-2009



4.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

4.1.1. – Execução da Receita

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	MONTANTE PREVISTO (1)	RECEITA COBRADA		
		VALOR BRUTO (2)	VALOR LÍQUIDO (3)	% (3)/(1)
IMPOSTOS DIRECTOS	4.772.339,00	4.250.190,73	4.085.074,65	85,60
IMPOSTOS INDIRECTOS	616.615,00	180.155,26	179.808,28	29,16
TAXA MULT. E OUT. PENALIDADES	575.602,00	364.218,24	363.264,93	63,11
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1.193.150,00	1.216.192,57	1.216.192,57	101,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.085.824,00	6.657.777,13	6.657.763,83	93,96
VENDA BENS E SERV. CORRENTES	2.547.001,00	2.234.528,31	2.231.099,22	87,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.056,00	22.125,30	22.125,30	724,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES	16.793.587,00	14.925.187,54	14.755.328,78	87,86
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	4.536.274,00	101.318,32	101.318,32	2,23
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.751.067,00	4.507.866,79	4.507.866,79	51,51
ACTIVOS FINANCEIROS	1.000,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	5.907.635,00	4.382.760,90	4.382.760,90	74,19
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	11.623,27	11.623,27	581,16
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	19.197.976,00	9.003.569,28	9.003.569,28	46,90
REPOS.NÃO ABAT. NOS PAGAM.	100,00	8.565,06	8.565,06	8565,06
TOTAL RECEITAS	35.991.663,00	23.937.321,88	23.767.463,12	66,04

O quadro anterior representa a execução da receita no ano de 2009.

O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor da receita cobrada e o valor previsto no orçamento, num determinado ano económico.

Pode-se constatar que, em termos de receita corrente o Município atingiu cerca de 87,86 %, valor para o qual contribuíram principalmente as Transferências Correntes, os Rendimentos da Propriedade e as Outras Receitas Correntes.

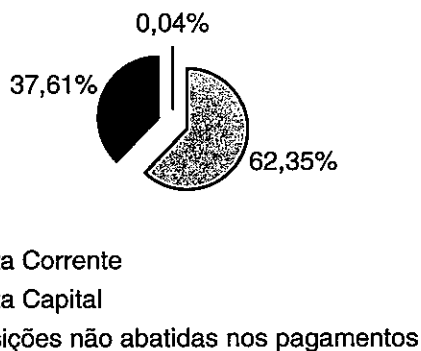
No que se refere à receita de capital, a execução atingiu apenas 46,90%, em parte devido ao desempenho da venda de bens de investimento, que ficou muito aquém do valor previsto.

No cômputo geral o Município, atingiu uma execução orçamental no total da receita de 66,04%, considerando o valor líquido cobrado.

4.1.2 – Desvios entre a Receita Prevista e Realizada

ESTRUTURA DAS RECEITAS	ESTRUTURA DAS RECEITAS		CONCRETIZADO (3)	DIFERENÇAS	
	INICIAL (1)	FINAL (2)		VALOR (4)=(1)-(3)	% (5)=(4)/(1)
IMPOSTOS DIRECTOS	4.772.339,00	4.772.339,00	4.250.190,73	522.148,27	10,94
IMPOSTOS INDIRECTOS	616.615,00	616.615,00	180.155,26	436.459,74	70,78
TAXA MULT. E OUT. PENALIDADES	575.602,00	575.602,00	364.218,24	211.383,76	36,72
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1.193.150,00	1.193.150,00	1.216.192,57	-23.042,57	-1,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.825.480,00	7.085.824,00	6.657.777,13	167.702,87	2,46
VENDA BENS E SERV. CORRENTES	2.547.001,00	2.547.001,00	2.234.528,31	312.472,69	12,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.056,00	3.056,00	22.125,30	-19.069,30	-624,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES	16.533.243,00	16.793.587,00	14.925.187,54	1.608.055,46	9,73
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	4.536.274,00	4.536.274,00	101.318,32	4.434.955,68	97,77
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.293.898,00	8.751.067,00	4.507.866,79	2.786.031,21	38,20
ACTIVOS FINANCEIROS	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	100,00
PASSIVOS FINANCEIROS	3.781.464,00	5.907.635,00	4.382.760,90	-601.296,90	-15,90
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	11.623,27	-9.623,27	-481,16
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	15.614.636,00	19.197.976,00	9.003.569,28	6.611.066,72	42,34
REPOS.NÃO ABAT. NOS PAGAM.	100,00	100,00	8.565,06	-8.465,06	-8.465,06
TOTAL RECEITAS	32.147.979,00	35.991.663,00	23.937.321,88	8.210.657,12	25,54

RECEITA 2009



O quadro anterior representa o total de receitas inicialmente previstas para 2009 e o total efectivamente concretizado.

Entre o valor previsto e o valor concretizado verifica-se o seguinte:

- A receita cobrada (corrente e capital) totalizou 23.937.321,88 euros, menos 8.210.657,12 euros do valor previsto inicialmente (32.147.979,00 Euros), isto é, cerca e 25,54 % a menos, que se deve essencialmente aos seguintes factores:

- Adiamento da venda de bens imóveis do Município por dificuldades do mercado imobiliário;

- O não recebimento de verbas (Fundos Comunitários) consideradas em orçamento, devido a atrasos na homologação de algumas candidaturas;

4.1.3 – Evolução da Receita

EVOLUÇÃO DE RECEITAS DISCRIMINADAS NO PERÍODO 2007-2009

RUBRICAS	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
IMPOSTOS DIRECTOS	4.677.617,99	26,58	4.262.772,12	24,61	4.250.190,73	17,76	-12.581,39
IMPOSTOS INDIRECTOS	948.752,14	5,39	258.324,85	1,49	180.155,26	0,75	-78.169,59
TAXAS, MULTAS E OUT. PENALIDAD	384.283,60	2,18	493.023,29	2,85	364.218,24	1,52	-128.805,05
RENDIMENTO DA PROPRIEDADE	665.981,90	3,78	764.619,81	4,41	1.216.192,57	5,08	451.572,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.727.300,07	26,87	5.391.005,53	31,13	6.657.777,13	27,81	1.266.771,60
VENDA DE BENS E SERV. CORREN	1.856.272,90	10,55	2.063.419,94	11,91	2.234.528,31	9,33	171.108,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.632,01	0,34	33.354,16	0,19	22.125,30	0,09	-11.228,86
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	13.319.840,61	75,70	13.266.519,70	76,60	14.925.187,54	62,35	1.658.667,84
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	479.348,29	2,77	101.318,32	0,42	-378.029,97
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.402.041,30	19,33	2.126.540,78	12,28	4.507.866,79	18,83	2.381.326,01
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	860.690,13	4,89	1.389.661,69	8,02	4.382.760,90	18,31	2.993.099,21
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.223,25	0,01	2.178,00	0,01	11.623,27	0,05	9.445,27
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.263.954,68	24,23	3.997.728,76	23,08	9.003.569,28	37,61	5.005.840,52
REPOS. NÃO ABATIDAS NOS PAGAM	12.608,74	0,07	54.676,78	0,32	8.565,06	0,04	-46.111,72
TOTAL GERAL	17.596.404,03	100,00	17.318.925,24	100,00	23.937.321,88	100,00	6.618.396,64

Da análise ao mapa verifica-se que as receitas correntes tiveram uma concretização de 14.925.187,54 euros e representam 62,35 % do total das receitas, enquanto que as receitas de capital atingiram 9.003.569,28 euros e representam 37,61% da receita total.

Comparativamente a 2008, observa-se em 2009 um aumento tanto das receitas correntes como das receitas de capital. No que respeita às receitas correntes, o aumento deve-se essencialmente ao acréscimo das transferências correntes, consequência da delegação de competências no Município em matéria de educação (Decreto-Lei 144/08). Quanto às receitas de capital existiu um aumento das transferências de Fundos Comunitários (ao abrigo do QREN) e a contracção de novos empréstimos.

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

Relativamente à sua composição, temos:

- Impostos Directos:

Compreendem as receitas provenientes dos impostos directos municipais estabelecidos na Lei das Finanças Locais, designadamente imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, imposto municipal sobre transmissões de imóveis, derrama e impostos abolidos, nomeadamente imposto municipal de sisa.

As receitas relativas a estes impostos perfazem o valor de 4.250.190,73 euros e representam 17,76 % do total das receitas cobradas, verificando-se uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior.

- Impostos Indirectos:

Compreendem as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças e emolumentos ou outros semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As receitas provenientes destes impostos totalizam 180.155,26 euros e representam 0,75 % no total das receitas, sendo as rubricas loteamentos e obras e saneamento as mais significativas no conjunto dos impostos indirectos.

- Taxas, multas e outras penalidades:

Neste capítulo englobam-se as taxas que constituem receitas pagas por particulares, e as multas e outras penalidades produzidas pela efectivação de sanções pecuniárias, como resultado de infracções cometidas, quer por particulares, quer por unidades empresariais. Compreendem designadamente: Loteamentos e Obras; Ocupação da Via Pública; Saneamento; Caça, Uso e Porte de Arma.

A receita cobrada, atingiu no ano de 2009 o valor de 364.218,14 euros e cerca de 1,52% do total das receitas.

- Rendimentos de Propriedade:

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros)

Esta receita é constituída na sua totalidade por juros de depósitos à ordem, rendas de concessão da EDP e rendas de terrenos.

Os Rendimentos de Propriedade atingiram em 2009 o valor de 1.216.192,57 euros e representam 5,08 % das receitas totais.

- Transferências Correntes:

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes com ou sem afectação pré-estabelecida, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS.

As transferências correntes registaram em 2009 o valor de 6.657.777,13 Euros e representam cerca de 27,81% da receita total.

- Venda de Bens e Serviços Correntes:

Compreende o produto da venda de bens inventariados ou não e os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2009 este capítulo regista o valor de 2.234.528,31 euros e representa 9,33% das receitas totais, verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior.

- Outras Receitas Correntes:

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receita como o reembolso de IVA e de indemnizações.

Esta receita representou em 2009, 0,09% das receitas totais.

ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente à sua composição, temos:

- Venda de bens de investimento:

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital, que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

Em 2009 atingiram o montante de 101.318,32 euros.

- Transferências de Capital:

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

Em 2009 atingiram o montante de 4.507.866,79 euros, correspondendo a 18,83% do total da receita, sendo constituídas essencialmente pelos Fundos Municipais, por contratos-programa com a Administração Central e por participações dos Fundos Comunitários. Verifica-se um aumento relativamente ao ano anterior.

- Passivos Financeiros:

Incluem as receitas provenientes dos empréstimos contraídos a médio e longo prazo.

Ao nível destas receitas, cujo o efeito é extraordinário, registou-se um aumento em relação ao ano anterior, resultado da contracção de novos empréstimos no ano de 2009.

- Reposições não abatidas nos pagamentos:

São consideradas neste item as importâncias devolvidas à autarquia, resultantes de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos em anos anteriores.

Em 2009 registaram o valor de 8.565,06 Euros não tendo representatividade no cômputo das receitas totais.

4.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

4.2.1 – Execução da Despesa

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	MONTANTE PREVISTO (1)	DESPESA PAGA	
		VALOR (2)	% (2)/(1)
DESPESAS COM PESSOAL	6.455.639,00	6.209.012,65	96,18
AQUISIÇÃO DE BENS	2.063.058,00	1.474.695,65	71,48
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5.400.428,00	4.594.223,86	85,07
JUROS E OUTROS ENCARGOS	418.886,00	365.433,23	87,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.451.796,00	1.263.635,91	87,04
SUBSIDIOS	809.000,00	809.000,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.780,00	180.642,34	92,74
TOTAL DESPESAS CORRENTES	16.793.587,00	14.896.643,64	88,70
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	16.721.960,00	7.358.093,76	44,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	844.319,00	696.295,63	82,47
ACTIVOS FINANCEIROS	17.347,00	0,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	2.358.826,00	1.399.534,47	59,33
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	15.300,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	19.957.752,00	9.453.923,86	47,37
TOTAL DE DESPESAS	36.751.339,00	24.350.567,50	66,26

O grau de execução orçamental da despesa, visa operar a relação entre o valor da despesa paga, e o total previsto no orçamento, num determinado ano económico.

Na óptica das despesas correntes executaram-se aproximadamente 88,70%, das despesas previstas em orçamento. No que se refere à despesa de capital a sua execução foi de 47,37%.

No cômputo geral o Município, atingiu uma execução orçamental no total da despesa de 66,26 %.

Handwritten signatures and initials:
 João
 Sérgio
 Eva
 M.
 A.
 370

4.2.2 – Desvios entre a Despesa Prevista e Realizada

ESTRUTURA DAS DESPESAS	ORÇADO		CONCRETIZADO (3)	DIFERENÇAS	
	INICIAL (1)	FINAL (2)		VALOR (4)=(1)-(3)	% (5)=(4)/(1)
DESPESAS COM PESSOAL	6.224.832,00	6.455.639,00	6.209.012,65	15.819,35	0,25
AQUISIÇÃO DE BENS	1.836.046,00	2.063.058,00	1.474.695,65	361.350,35	19,68
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4.936.381,00	5.400.428,00	4.594.223,86	342.157,14	6,93
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.070.987,00	418.886,00	365.433,23	705.553,77	65,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.498.397,00	1.451.796,00	1.263.635,91	234.761,09	15,67
SUBSIDIOS	795.000,00	809.000,00	809.000,00	-14.000,00	-1,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	171.600,00	194.780,00	180.642,34	-9.042,34	-5,27
TOTAL DESPESAS CORRENTES	16.533.243,00	16.793.587,00	14.896.643,64	1.636.599,36	9,90
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	14.093.679,00	16.721.960,00	7.358.093,76	6.735.585,24	47,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	329.164,00	844.319,00	696.295,63	-367.131,63	-111,53
ACTIVOS FINANCEIROS	17.347,00	17.347,00	0,00	17.347,00	100,00
PASSIVOS FINANCEIROS	1.172.546,00	2.358.826,00	1.399.534,47	-226.988,47	-19,36
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.000,00	15.300,00	0,00	2.000,00	100,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	15.614.736,00	19.957.752,00	9.453.923,86	6.160.812,14	39,46
TOTAL	32.147.979,00	36.751.339,00	24.350.567,50	7.797.411,50	24,25

No total das despesas realizadas verifica-se um desvio global na ordem dos 24,25% em relação ao previsto inicialmente.

Relativamente às despesas correntes, a diferença entre o previsto e o concretizado é de 9,90 %.

No que concerne às despesas de capital a diferença é de 39,46 %, sendo a rubrica de Aquisição de Bens de Capital que mais influenciou o resultado.

Despesa 2009



□ Despesas Correntes ■ Despesas Capital

4.2.3 – Evolução da Despesa

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
DESPESAS COM PESSOAL	4.712.623,90	27,22	4.888.187,22	27,31	6.209.012,65	25,50	1.320.825,43
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.732.413,76	27,34	5.054.038,33	28,24	6.068.919,51	24,92	1.014.881,18
JUROS E OUTROS ENCARGOS	635.874,09	3,67	1.009.718,29	5,64	365.433,23	1,50	-644.285,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	907.833,53	5,24	1.235.914,26	6,90	1.263.635,91	5,19	27.721,65
SUBSIDIOS	711.623,40	4,11	722.808,00	4,04	809.000,00	3,32	86.192,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	258.647,85	1,49	339.797,97	1,90	180.642,34	0,74	-159.155,63
TOTAL DESPESAS CORRENTES	11.959.016,53	69,08	13.250.464,07	74,03	14.896.643,64	61,18	1.646.179,57
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.993.703,76	23,07	2.879.462,72	16,09	7.358.093,76	30,22	4.478.631,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	439.917,14	2,54	351.631,57	1,96	696.295,63	2,86	344.664,06
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	54.775,14	0,31	0,00	0,00	-54.775,14
PASSIVOS FINANCEIROS	918.731,94	5,31	1.362.621,74	7,61	1.399.534,47	5,75	36.912,73
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	5.352.352,84	30,92	4.640.491,17	25,97	9.453.923,86	38,82	4.805.432,69
TOTAL DE DESPESAS	17.311.369,37	100,00	17.898.955,24	100,00	24.350.567,50	100,00	6.451.612,26

Em 2009 as despesas correntes tiveram uma concretização de 14.896.643,64 euros e representam 61,18 % do total das despesas, enquanto que as despesas de capital atingiram 9.453.923,86 euros e representam 38,82% das despesas totais. Em 2009 foram efectuadas despesas no valor global de 24.350.567,50 euros.

Verificou-se um aumento bastante significativo quer das despesas correntes quer das despesas de capital.

O aumento das despesas correntes deveu-se essencialmente ao acréscimo das despesas com pessoal e com a aquisição de serviços, consequência da delegação de competências no Município em matéria de educação (Decreto-Lei 144/08).

Quanto às despesas de capital o aumento deveu-se ao elevado investimento que aconteceu no ano 2009, nomeadamente em obras como construção de três centros escolares, reparação dos troços da rede viária, etc...

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal:

Este capítulo das Despesas Correntes, abrange, as remunerações certas e permanentes a título de vencimentos, salários, gratificações, subsídios de refeição, de férias e de Natal dos membros dos órgãos Autárquicos, do pessoal do quadro e do pessoal em qualquer outra situação.

No ano de 2009 atingiu o valor de 6.209.012,65 euros e representou cerca de 25,50 % da despesa total.

- Aquisição de Bens e Serviços:

Inclui os encargos das instalações (electricidade, segurança, etc), bens não duradouros, matérias-primas e subsidiárias, transportes e comunicações e pequenas reparações.

No ano de 2009 registou o valor de 6.068.919,51 euros, representando cerca de 24,92% da despesa total.

- Transferências Correntes:

Entende-se por "*transferências correntes*" as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, nomeadamente, transferências para Juntas de Freguesias e Instituições sem fins lucrativos.

Em 2009 esta rubrica representou 5,19% da despesa.

- Outras Despesas Correntes:

Abrange todas as despesas correntes não classificáveis nos capítulos anteriores e representa apenas 0,74% das despesas totais.

Handwritten signatures and initials:
- Top signature: *Handwritten signature*
- Middle signature: *Handwritten signature*
- Bottom signature: *Handwritten signature*
- Initials: *Handwritten initials*

DESPESAS DE CAPITAL

- Aquisição de Bens de Capital:

Despesas que se efectuam para aumentar o capital fixo, neles se incluindo bens duradouros (terrenos, habitações, outros edifícios, estradas, pontes e construções diversas), as respectivas melhorias, bens produtivos naturais (plantações, etc.) equipamentos diversos e material de transporte.

Este capítulo desagrega-se nas seguintes rubricas: Terrenos; Habitação; Outros Edifícios; Construções Diversas; Material de Transporte; Maquinaria e Equipamento e Outras.

Em 2009, a rubrica Aquisição de Bens de Capital representou 30,22% do total das despesas do Município.

- Transferências de Capital:

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente despesas com Administração Local e Instituições sem Fins Lucrativos.

As Transferências de Capital concedidas representam 2,86 % do total das despesas de capital.

- Passivos Financeiros:

Compreende as operações financeiras, designadamente as amortizações de empréstimos.

Estas despesas aumentaram em relação ao ano anterior, em virtude de ter terminado o período de carência de alguns empréstimos e se ter iniciado o respectivo pagamento de amortização de capital e ainda devido à descida da taxa de juro que consequentemente provocou uma maior amortização de empréstimos.

- Outras Despesas de Capital:

Trata-se de uma rubrica de natureza residual.

4.2.4 - CUMPRIMENTOS LEGAIS DA DESPESA

4.2.4.1 – Limites legais das despesas do município com pessoal:

Nos termos do artº. 10º. do Decreto-Lei 116/84, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei 44/85, de 13 de Setembro.

▪ Limites dos encargos com pessoal do quadro

- 60% s/ Receitas Correntes do exercício anterior
 $13.266.519,70 \times 60\% = 7.959.911,82 \text{ €}$

▪ Limites dos encargos com pessoal em qualquer outra situação

- 25% s/ o limite do nº. anterior
 $7.959.911,82 \times 25\% = 1.989.977,96 \text{ €}$

LIMITES 7.959.911,82 + 1.989.977,96 = 9.949.889,78

	Município	Comunidade Intermunicipal da Lezíria Do Tejo	Total
Despesas com Pessoal	6.209.012,65	34.850,69	6.243.863,34

Relativamente às despesas com o pessoal, verifica-se que o Município ficou 37% abaixo dos limites legais, correspondendo em termos absolutos a 3.706.026,44 euros.

Handwritten signature and date: 2009

4.3 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	2008				2009			
	PPI	AMR	TOTAL GOP	%	PPI	AMR	TOTAL GOP	%
Serviços gerais de administração	349.520,85	0,00	349.520,85	5,88	270.497,91	0,00	270.497,91	2,48
Segurança e ordem pública	4.816,43	120.513,08	125.329,51	2,11	73,93	195.746,11	195.820,04	1,80
Educação	238.944,30	1.178.503,97	1.417.448,27	23,85	3.217.042,41	1.330.608,74	4.547.651,15	41,77
Saúde	9.857,74	0,00	9.857,74	0,17	201.650,85	0,00	201.650,85	1,85
Segurança e acção social	18.196,73	18.704,99	36.901,72	0,62	2.717,80	28.657,25	31.375,05	0,29
Habituação e serviços colectivos	1.184.819,49	3.693,04	1.188.512,53	20,00	1.207.597,19	826,33	1.208.423,52	11,10
Serv. culturais, recreativos e religiosos	120.888,24	942.88,28	1.063.176,52	17,89	161.510,06	1.007.288,00	1.168.798,06	10,73
Agric., pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e energia	15.223,46	0,00	15.223,46	0,26	8.262,92	0,00	8.262,92	0,08
Transportes e comunicações	965.929,49	0,00	965.929,49	16,25	2.341.856,12	0,00	2.341.856,12	21,51
Comércio e turismo	4.333,35	227.254,44	231.587,79	3,90	6.771,57	196.951,32	203.722,89	1,87
Outras funções	0,00	539.691,85	539.691,85	9,06	0,00	709.926,92	709.926,92	6,52
TOTAL	2.912.530,08	3.030.649,65	5.943.179,73	100,00	7.417.980,76	3.470.004,67	10.887.985,43	100,00

As Grandes Opções do Plano (GOP), subdividem-se no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Actividades Mais Relevantes (AMR).

4.3.1 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Execução

(Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	2008			2009		
	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	%	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	%
	VALOR	VALOR		VALOR	VALOR	
Serviços gerais de administração pública	762.508,00	349.520,85	45,84	1.005.402,00	270.497,91	26,90
Segurança e ordem pública	50.100,00	4.816,43	9,61	5.200,00	73,93	1,42
Educação	1.625.933,00	238.944,30	14,70	5.133.442,00	3.217.042,41	62,67
Saúde	104.858,00	9.857,74	9,40	204.736,00	201.650,85	98,49
Segurança e acção social	25.680,00	18.196,73	70,86	219.756,00	2.717,80	1,24
Habituação e serviços colectivos						
Habituação	3.500,00	1.029,15	29,40	5.100,00	1.176,00	23,06
Ordenamento do território	2.654.971,00	944.168,50	35,56	2.116.007,00	891.373,30	42,13
Saneamento	242.983,00	96.788,70	39,83	343.448,00	51.506,35	15,00
Abastecimento de água	446.201,00	106.981,58	23,98	444.537,00	189.082,80	42,53
Resíduos sólidos	18.274,00	2.296,48	12,57	1.100,00	767,04	69,73
Protecção do meio ambiente e conserv. da natureza	45.844,00	33.555,08	73,19	136.964,00	73.691,70	53,80
Serviços culturais, recreativos e religiosos						
Cultura	169.904,00	86.191,35	50,73	182.114,00	107.725,52	59,15
Desporto, recreio e lazer	76.354,00	34.696,89	45,44	1.826.273,00	53.784,54	2,95
Indústria e energia	75.028,00	15.223,46	20,29	13.000,00	8.262,92	63,56
Transportes e comunicações	2.006.819,00	965.929,49	48,13	5.057.167,00	2.341.856,12	46,31
Comércio e turismo	13.400,00	4.333,35	32,34	89.734,00	6.771,57	7,55
Outras funções	0,00	0,00	0,00	40.250,00	0,00	0,00
TOTAL DO PPI	8.322.357,00	2.912.530,08	35,00	16.824.230,00	7.417.980,76	44,09

O Plano Plurianual de Investimentos 2009 totalizou o valor de 7.417.980,76 euros (69% do total das Grandes Opções do Plano e 31% do total das despesas realizadas).

Em 2009 o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução global na ordem dos 44,09%.

As áreas da Educação, do Ordenamento do Território e dos Transportes e Comunicações, foram as áreas mais relevantes em termos de despesas realizadas.

A construção de três centros escolares, dois em Rio Maior e um em Alcobertas, a requalificação urbana da cidade e a construção e beneficiação de troços da rede viária municipal por todo o Concelho foram os investimentos mais relevantes efectuados em 2009.

Financiamento:

O Plano Plurianual de Investimentos foi financiado na sua maior parte pelas participações do FEDER, FEOGA, da Cooperação Técnica e Financeira da Administração Central e pelo recurso aos empréstimos.

- Empréstimos

Foram utilizados **3.011.748,90** euros de empréstimos consignados a obras do PPI, cujos mesmos representaram 41% do seu financiamento.

- Subsídios e Participações

Totalizaram **2.548.060,79** euros, representando 35% do financiamento do PPI, que correspondeu a apoios financeiros para financiamentos de projectos como Requalificação Urbana das Entradas de Rio Maior, Recuperação Zona Antiga e Alindamento das Entradas de Rio Maior, Centros Escolares, Construção de Caminhos Rurais, entre outros.

4.3.2 – ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES

Execução

As Actividades Mais Relevantes em 2009 totalizaram o valor de 3.470.004,67 euros (32% do total das Grandes Opções do Plano e 15% do total das despesas realizadas) e incidiu nas seguintes grandes áreas de actuação:

(Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	2009		
	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	
	VALOR	VALOR	%
Serviços gerais de administração pública	15.347,00	0,00	0,00
Segurança e ordem pública			
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	206.037,00	195.746,11	95,01
Educação	1.958.795,00	1.330.608,74	67,93
Segurança e acção social			
Acção Social	44.509,00	28.657,25	64,39
Habitação e serviços colectivos			
Protecção do meio ambiente e conserv. da natureza	2.089,00	826,33	39,56
Serviços culturais, recreativos e religiosos			
Cultura	274.804,00	191.366,37	69,64
Desporto, recreio e lazer	855.847,00	815.921,63	95,33
Comércio e turismo			
Mercados e Feiras	203.850,00	188.647,27	92,54
Turismo	12.600,00	8.304,05	65,91
Outras Funções	803.147,00	709.926,92	88,39
TOTAL DAS AMR	4.377.025,00	3.470.004,67	79,28

Da leitura dos elementos acima indicados conclui-se que as Actividades Mais Relevantes tiveram uma execução global na ordem dos 79,28%.

As áreas da Educação, Desporto, Recreio e Lazer e Outras Funções, foram as áreas mais relevantes em termos de despesas realizadas.

Em termos de educação salienta-se o programa de refeições escolares, os transportes escolares e o programa de actividades de enriquecimento curricular. Ao nível do Desporto, Recreio e Lazer salienta-se o apoio ao associativismo desportivo. Quanto às outras funções estão aqui incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia ao abrigo dos protocolos de delegação de competências.

4.4 - INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

RÁCIOS DE GERÊNCIA 2008-2009

RÁCIOS	2008	2009
RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA		
IMPOSTOS DIRECTOS / RECEITA CORRENTE (%)	32	28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES / RECEITA CORRENTE (%)	41	45
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL / RECEITA CAPITAL (%)	53	50
RECEITA DE EMPRÉSTIMOS / RECEITAS TOTAL (%)	8	18
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL (%)	77	60
RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA		
DESPESA PESSOAL / DESPESA CORRENTE (%)	37	42
DESPESAS CORRENTE / DESPESA TOTAL (%)	74	61
AMORTIZAÇÃO E JUROS / DESPESA TOTAL (%)	13	7
INVESTIMENTO* / DESPESA CAPITAL (%)	62	78
RÁCIOS FINANCEIROS ORÇAMENTAIS		
DESPESA PESSOAL / RECEITA CORRENTE (%)	37	42
FEF+FSM+IRS / DESPESA TOTAL (%)	24	27
AMORTIZAÇÃO E JUROS / RECEITA TOTAL (%)	14	7
DESPESA CORRENTE / RECEITA CORRENTE (%)	100	100
DESPESA CAPITAL / RECEITA CAPITAL (%)	116	105
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL (%)	97	101
RÁCIOS DE INVESTIMENTO		
INVESTIMENTO* / POPULAÇÃO RESIDENTE (EUROS/HABITANTE)	136	346
INVESTIMENTO* / ÁREA MUNICIPAL (EUROS/KM2)	10380	26525
RÁCIOS DE DESPESA PÚBLICA POR HABITANTE		
DESPESA TOTAL / POPULAÇÃO RESIDENTE (EUROS/HABITANTE)	843	1146
OUTROS		
COMPROMISSOS ASSUMIDOS / DESPESA PAGA	119	130

Considerou-se Pop. Residente 21.241 habitantes

Considerou-se área Municipal 277,4 Km2

Handwritten signatures and initials

5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

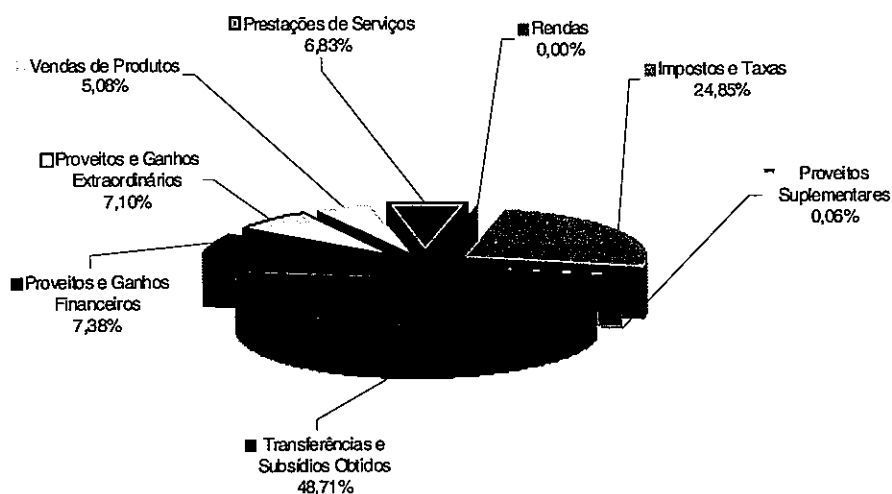
5.1 - COMPONENTE ECONÓMICA

PROVEITOS

(Euros)

Proveitos	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	Valor	%	Valor	%	VALOR	%	
Vendas de Produtos	892.537,00	5,59	929.422,37	5,02	919.082,30	5,08	-10.340,07
Prestações de Serviços	689.147,63	4,31	1.000.206,66	5,40	1.234.034,12	6,83	233.827,46
Rendas	219.327,01	1,37	75.619,66	0,41	0,00	0,00	-75.619,66
Impostos e taxas	5.832.304,93	36,51	4.503.147,33	24,31	4.492.054,06	24,85	-11.093,27
Proveitos suplementares	35.201,99	0,22	15.292,29	0,08	11.395,54	0,06	-3.896,75
Transferências e subsídios obtidos	6.832.873,32	42,78	7.297.228,54	39,40	8.806.058,85	48,71	1.508.830,31
Total dos proveitos operacionais	14.501.391,88	90,79	13.820.916,85	74,62	15.462.624,87	85,53	1.641.708,02
Juros obtidos de depósitos a prazo	17.469,97	0,11	3.476,13	0,02	901,10	0,00	-2.575,03
Juros obtidos de depósitos a ordem	6.417,65	0,04	6.346,27	0,03	5.838,52	0,03	-507,75
Obrigações e títulos de Participação	38.363,03	0,24	13.975,56	0,08	0,00	0,00	-13.975,56
Rendas de terrenos	67.875,72	0,42	37.286,57	0,20	72.033,00	0,40	34.746,43
Rendas de edifícios habitacionais	1.583,45	0,01	35.321,36	0,19	2.589,75	0,01	-32.731,61
Rendas de outros edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	7.323,00	0,04	7.323,00
Rendimentos de participações de capital	29.327,71	0,18	39.972,05	0,22	19.465,09	0,11	-20.506,96
Descontos de p.p. obtidos	3.627,26	0,02	2.998,17	0,02	713,06	0,00	-2.285,11
Outros rendimentos de propriedade	657.662,12	4,12	821.406,56	4,44	1.224.847,63	6,77	403.441,07
Total dos proveitos e ganhos financeiros	822.326,91	5,15	960.782,67	5,19	1.333.711,15	7,38	372.928,48
Ganhos em existências	298,16	0,00	3.876,75	0,02	2.194,41	0,01	-1.682,34
Ganhos em imobilizações	281,57	0,00	33.546,58	0,18	0,00	0,00	-33.546,58
Benefícios e outras penalidades contratuais	59.980,54	0,38	100.669,53	0,54	39.255,00	0,22	-61.414,53
Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	45.260,91	0,28	2.802.891,91	15,13	525.439,42	2,91	-2.277.452,49
Outros proveitos e ganhos extraordinários	543.491,09	3,40	798.005,45	4,31	716.365,60	3,96	-81.639,85
Total dos proveitos e ganhos extraordinários	649.312,27	4,07	3.738.990,22	20,19	1.283.254,43	7,10	-2.455.735,79
Total dos proveitos	15.973.031,06	100,00	18.520.689,74	100,00	18.079.590,45	100,00	-441.099,29

PROVEITOS 2009



Os Proveitos totalizaram no exercício de 2009, o valor de 18.079.590,45 euros, sendo os proveitos operacionais 15.462.624,87 euros, os proveitos financeiros 1.333.711,15 euros e os proveitos extraordinários 1.283.254,43 euros.

As receitas provenientes de Impostos e Taxas e de Transferências e Subsídios Obtidos são as que apresentam maior volume, cerca de 73,56% no total dos proveitos.

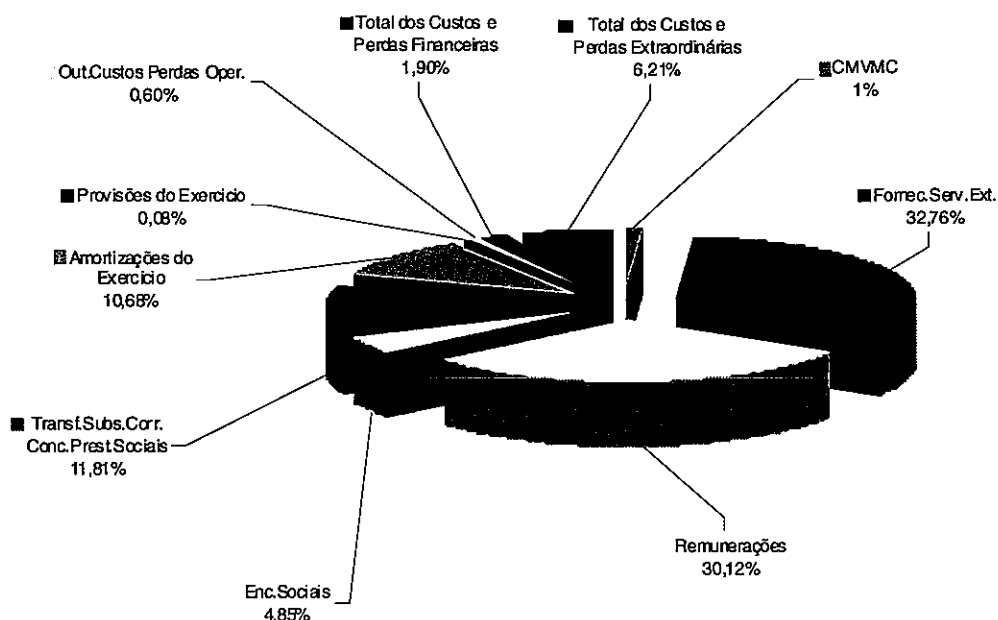
Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que tiveram um decréscimo de 441.099,29 euros.

Foram os proveitos e ganhos extraordinários os que influenciaram a quebra, uma vez que tiveram um decréscimo na ordem dos 2.455.735,79 euros. Este decréscimo deve-se essencialmente ao facto de se ter alterado em 2008 a forma de contabilização de alguns impostos municipais (imposto municipal de imóveis, impostos abolidos e derrama), uma vez que eram impostos referentes a exercícios anteriores. Em 2009 foram registados como proveitos próprios do exercício, através da especialização de proveitos.

CUSTOS

Custos e Perdas	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	Valor	%	VALOR	%	VALOR	%	
Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consum.	162.243,00	1,17	165.769,29	1,01	171.893,46	0,99	6.124,17
Fornecimentos e Serviços Externos	4.337.692,24	31,34	5.096.274,49	31,16	5.671.396,72	32,76	575.122,23
Custos com Pessoal	4.639.349,42	33,52	4.983.671,91	30,48	6.053.718,19	34,97	1.070.046,28
Transf. Subs. Corr. Conc. Prest. Sociais	1.532.316,42	11,07	1.840.514,60	11,26	2.043.872,56	11,81	203.357,96
Amortizações do Exercício	1.246.593,65	9,01	1.562.400,91	9,55	1.848.485,10	10,68	286.084,19
Provisões do Exercício	10.208,06	0,07	11.380,45	0,07	13.462,95	0,08	2.082,50
Outros Custos e Perdas Operacionais	61.565,71	0,44	81.712,13	0,50	104.227,23	0,60	22.515,10
Total dos Custos Operacionais	11.989.968,50	86,63	13.741.723,78	84,03	15.907.056,21	91,88	2.165.332,43
Juros Suportados	789.218,92	5,70	842.060,33	5,15	321.560,94	1,86	-520.499,39
Perdas em Entidades Participadas	0,00	0,00	0,00	0,00	4.460,46	0,03	4.460,46
Outros Custos e Perdas Financeiras	3.224,05	0,02	3.836,02	0,02	3.427,06	0,02	-408,96
Total dos Custos e Perdas Financeiras	792.442,97	5,73	845.896,35	5,17	329.448,46	1,90	-516.447,89
Transf. de capital concedidas	464.522,31	3,36	313.083,86	1,91	667.695,63	3,86	354.611,77
Perdas em existências	26.779,96	0,19	9.735,20	0,06	9.033,22	0,05	-701,98
Perdas em imobilizações	274.966,19	1,99	497.550,51	3,04	62.619,13	0,36	-434.931,38
Multas e outras penalidades	3.439,20	0,02	5.694,95	0,03	384,00	0,00	-5.310,95
Correcções relativas a exercícios anteriores	286.479,58	2,07	937.336,58	5,73	335.398,04	1,94	-601.938,54
Outros custos e perdas extraordinárias	2.253,15	0,02	1.576,24	0,01	764,83	0,00	-811,41
Total dos Custos e Perdas Extraordinárias	1.058.440,39	7,65	1.764.977,34	10,79	1.075.894,85	6,21	-689.082,49
Total	13.840.851,86	100,00	16.352.597,47	100,00	17.312.399,52	100,00	959.802,05

CUSTOS E PERDAS 2009



Os custos e perdas suportados pelo Município em 2009 totalizaram 17.312.399,52 euros, sendo 15.907.056, 21 euros referentes a custos operacionais, 329.448,46 euros de custos e perdas financeiras e 1.075.894,85 de custos e perdas extraordinárias.

No total dos custos destacam-se essencialmente os custos com pessoal (34,97% dos custos) e os custos com fornecimentos e serviços (32,76 % dos custos).

Comparativamente ao ano de 2008, verifica-se um aumento na ordem dos 2.165.332,43 euros nos custos operacionais, onde os custos com pessoal e com F.S.E. são os maiores responsáveis pelo aumento. Este aumento deve-se essencialmente ao reforço da delegação de competências no Município em matéria de educação, nomeadamente a delegação ao abrigo do Decreto-Lei 144/08.

Os Custos e Perdas Financeiras totalizaram em 2009 o valor de 329.448,46 euros, verificando-se um decréscimo de 516.447,89 euros em relação ao ano anterior, devido à descida das taxas de juros dos empréstimos bancários.

Os custos e perdas extraordinárias totalizaram em 2009 o valor de 1.075.894,95 euros, menos 689.082,49 euros que no ano anterior.

Resultados

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2007	2008	2009
Proveitos Operacionais	14.501.391,88	13.820.916,85	15.462.624,87
Custos Operacionais	11.989.968,50	13.741.723,78	15.907.056,21
Resultados Operacionais	2.511.423,88	79.193,07	-444.431,34
Resultados Financeiros	29.883,94	114.886,32	1.004.262,69
Resultados Correntes	2.541.307,32	194.079,39	559.831,35
Resultados Líquidos	2.132.179,20	2.168.092,27	767.190,93

O Resultado Líquido do Exercício de 2009 foi de 767.190,93 euros

5.2 – COMPONENTE FINANCEIRA

ACTIVO

(euros)

ESTRUTURA DO ACTIVO	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Imobilizado Líquido	82.889.970,69	96,58	78.135.834,04	92,75	85.535.940,42	93,75	7.400.106,38
Existências	99.179,30	0,12	98.582,47	0,12	92.919,35	0,10	-5.663,12
Dívidas de Terceiros, c/c	527.150,89	0,61	1.750.704,61	2,08	1.301.590,25	1,43	-449.114,36
Disponibilidades	1.659.976,61	1,93	1.057.131,09	1,25	589.290,75	0,65	-467.840,34
Acréscimos e Diferimentos	646.036,21	0,75	3.204.456,57	3,80	3.714.141,18	4,07	509.684,61
Total	85.822.313,70	100,00	84.246.708,78	100,00	91.233.881,95	100,00	6.987.173,17

O Activo Líquido Municipal atingiu em 31/12/2009 o valor de 91.233.881,95 euros que poderá ser explicado pelo valor do Activo Imobilizado que no final do ano apresenta um valor de 85.535.940,42 euros correspondendo a 93,75% do Activo.

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2007		2008		2009		Variação 2008-2009
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Património	36.276.071,67	92,96	38.327.629,91	102,96	40.388.684,58	106,27	2.061.054,67
Ajustamentos de partes de capital em e	207.203,09	0,53	207.203,09	0,56	207.203,09	0,55	0,00
Reservas legais	331.898,94	0,85	438.507,90	1,18	546.912,51	1,44	108.404,61
Doações	2.287,56	0,01	4.787,56	0,01	14.682,56	0,04	9.895,00
Resultados Transitados	71.618,10	0,18	-3.918.765,08	-10,53	-3.918.765,08	-10,31	0,00
Resultado Líquido do Exercício	2.132.179,20	5,46	2.168.092,27	5,82	767.190,93	2,02	-1.400.901,34
Total dos Fundos Próprios	39.021.258,56	100,00	37.227.455,65	100,00	38.005.908,59	100,00	2.179.354,28
Dívidas a terceiros m/ longo prazo	18.271.465,91	39,04	18.298.505,86	38,92	20.320.712,83	38,18	2.022.206,97
Dívidas a terceiros curto prazo	2.373.922,11	5,07	3.026.774,24	6,44	5.778.056,06	10,86	2.751.281,82
Acréscimos e Diferimentos	26.155.667,22	55,89	25.693.973,02	54,65	27.129.204,47	50,97	1.435.231,45
Total do Passivo	46.801.055,24	100,00	47.019.253,12	100,00	53.227.973,36	100,00	6.208.720,24
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	85.822.313,80		84.246.708,77		91.233.881,95		6.987.173,17

Os Fundos Próprios somam 38.005.908,59 euros e são constituídos por Património 40.388.684,58 euros, pelo Ajustamento de Partes de Capital em Empresas 207.203,09 euros, pelas Reservas Legais no valor de 546.912,51 euros, pelas Reservas - Doações no valor de 14.682,56 euros, por Resultados Transitados (3.918.765,08) euros e pelos Resultados Líquidos do Exercício no valor de 767.190,93 euros.

No final de 2009 o Passivo Municipal perfazia 53.227.973,36 euros. É de relevar as “Dívidas a terceiros” considerando que o seu valor ascende a 26.098.768,99 euros, onde se destacam pela sua importância os empréstimos a médio e longo prazo no valor de 20.320.712,83 euros.

5.3 – INDICADORES DE GESTÃO

Indicadores				
Liquidez Geral	Capital Circulante / Exigível a Curto Prazo	1.983.800,35	5.778.056,06	0,34
Liquidez Reduzida	Capital Circulante - Stocks / Exigível a Curto Prazo	1.890.881,00	5.778.056,06	0,33
Grau de dependência dos empréstimos de m/l prazo	Empréstimos m/l prazo / Activo Líquido	20.320.712,83	91.233.881,95	0,22
Estrutura de Endividamento M/L Prazo	Empréstimos m/l prazo / Total do Passivo	20.320.712,83	53.227.973,36	0,38
Endividamento	Passivo / Activo Líquido	53.227.973,66	91.233.881,95	0,58
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Líquido	38.005.908,59	91.233.881,95	0,42
Solvabilidade	Fundos Próprios / Total do Passivo	38.005.908,59	53.227.973,66	0,71
Estrutura de Financiamento	Activo Líquido / Fundos Próprios	91.233.881,95	38.005.908,59	2,40
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultados Líquidos / Fundos Próprios	767.190,93	38.005.908,50	0,02
Rentabilidade do Investimento	Resultados Líquidos / Total do Activo	767.190,93	102.268.410,68	0,01
Prazo Médio de Pagamentos	Crédito de Fornecedores / ((Compras + FSE)/365)	970.541,27	16.009,01	61

Em termos de liquidez geral e reduzida, e dado que estes indicadores se situam nos 0,34 e nos 0,33, conclui-se que o Município possui uma baixa capacidade para pagar as dívidas de curto prazo, quer com base nos valores do activo de exploração, quer utilizando os meios disponíveis e realizáveis a curto prazo. Estes rácios devem ser superiores a 1.

Quanto à estrutura de endividamento, conclui-se que 0,38 do Passivo Municipal é constituído por empréstimos a médio e longo prazo.

O indicador endividamento, evidencia o peso dos Capitais Alheios no financiamento do Activo Total. Em relação ao Município, o Activo Líquido é suportado em 58% pelo Passivo, os restantes 42% são constituídos por Fundos Próprios.

A autonomia financeira indica o grau de independência financeira de uma entidade. Um valor baixo para este rácio, significa uma grande dependência em relação aos credores, situação que para além dos riscos que lhe estão inerentes, é normalmente desvantajoso quando é necessário negociar novos financiamentos. O Município quanto à autonomia financeira não atingiu o patamar da razoabilidade, atendendo que o valor do rácio ainda se encontra um pouco abaixo dos 0,50.

Em sentido lato, solvabilidade significa aptidão para liquidar compromissos de carácter financeiro nas respectivas datas de vencimento. A existência de solvabilidade depende essencialmente do nível dos capitais próprios e da rentabilidade. Daqui, poderão ser obtidas indicações sobre o risco que os credores correm ao facilitar a sua decisão quanto à cedência de crédito. O Município apresenta uma cobertura do Passivo pelos Fundos Próprios em 71%.

Quanto à estrutura de financiamento, o Activo encontra-se financiado por Fundos Próprios em 2,40.

O capital próprio aplicado está a ser remunerado com uma eficácia de 2 % e o investimento com uma eficácia de 1 %.

O prazo médio de pagamento a fornecedores situa-se em 61 dias.

Os resultados dos rácios apresentados, são bastantes significativos, porém a sua interpretação deverá ser efectuada com algumas reservas, uma vez que o valor do activo em posse do Município (património) ainda não se encontra apurado na sua totalidade e, importa ainda mencionar, que as taxas de amortizações previstas no CIBE, estão definidas por consideração à óptica da natureza económica e não por relação à óptica de natureza fiscal, facto que origina que os períodos de amortização sejam superiores e, consequentemente os custos das amortizações inferiores, logo, influência positivamente o valor do Resultado Líquido do Exercício.

6. EVOLUÇÃO DAS DIVIDAS DE TERCEIROS E A TERCEIROS

6.1 – DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

(euros)				
RUBRICAS	2007	2008	2009	Variação 2008-2009
Clientes, c/c	126.802,13	92.314,88	98.920,67	6.605,79
Contribuintes, c/c	24.765,72	24.920,91	27.968,92	3.048,01
Utentes, c/c	51.230,48	102.350,89	106.831,29	4.480,40
Clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa	84.570,27	95.104,01	109.909,03	14.805,02
Estado e outros entes públicos	0,00	6.143,82	2.137,33	-4.006,49
Outros devedores	320.013,88	1.466.707,00	1.006.122,86	-460.584,14
Empréstimos concedidos	0,00	54.775,14	54.775,14	0,00
TOTAL	607.382,48	1.842.316,65	1.406.665,24	-435.651,41

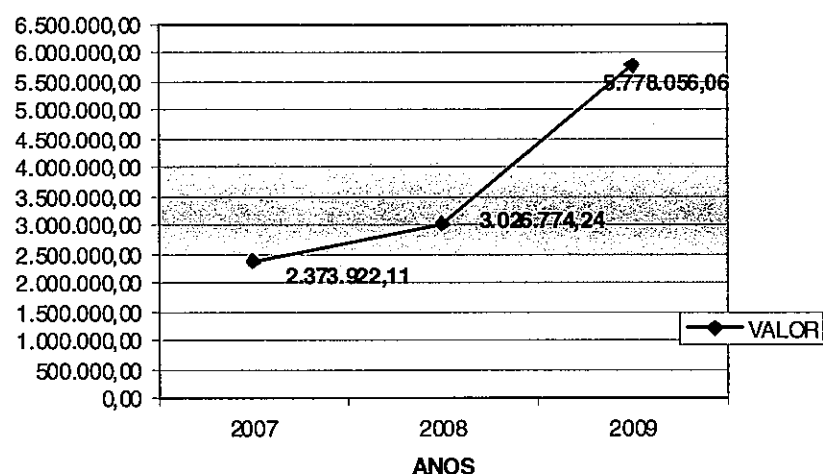
As “Dívidas de Terceiros” totalizaram em 31/12/2009 o valor de 1.406.665,24 euros.

Relativamente ao ano anterior verifica-se um decréscimo na dívida de terceiros no valor de 435.651,41 euros, que se deveu essencialmente ao pagamento por parte da empresa Depomor, SA, da 2ª prestação referente à venda de terreno.

6.2 – DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO

(euros)				
RUBRICAS	2007	2008	2009	Variação 2008-2009
Fornecedores, c/c	652.753,52	1.059.079,55	970.403,33	-88.676,22
Fornecedores imobilizado, c/c	1.039.330,71	1.471.116,09	3.575.026,37	2.103.910,28
Outros credores	681.837,88	496.578,60	282.626,36	-213.952,24
Dívidas a Instituições de Crédito - Empréstimos C/C	0,00	0,00	950.000,00	950.000,00
TOTAL	2.373.922,11	3.026.774,24	5.778.056,06	2.751.281,82

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS DE CURTO PRAZO 2007-2009



Relativamente à dívida a curto prazo, o Município encerrou o ano de 2009 com dívidas no valor de 5.778.056,06 euros. Verificou-se um acréscimo no valor de 2.751.281,82 euros, que se deveu à contracção de um empréstimo de curto prazo no montante de 950.000,00 euros, o qual não foi amortizado até 31/12/2009, e ainda ao aumento da dívida a fornecedores de imobilizado, provocado pelo forte investimento em obras que ocorreu no decurso de 2009.

6.3 – DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

RUBRICAS	2007	2008	2009	Variação 2008-2009
Dívidas a Instituições de Crédito - Empréstimos	18.271.465,91	18.298.505,86	20.320.712,83	2.022.206,97
TOTAL	18.271.465,91	18.298.505,86	20.320.712,83	2.022.206,97

Dívida (em 01/01/2009)	18.298.505,86 €
Aumento da dívida – Utilização de Empréstimos	3.432.760,90 €
Diminuição da dívida – Amortização.....	1.410.553,93 €
Dívida (em 31/12/2009)	20.320.712,83 €

No início do ano a dívida do Município, resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, era de 18.298.505,86 euros.

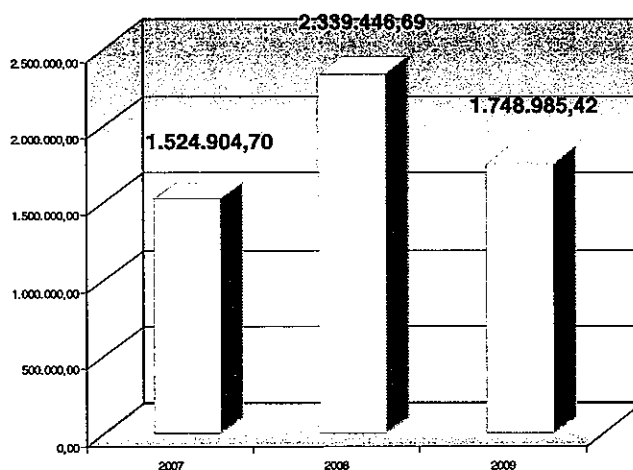
Analisando a sua evolução em 2009, verifica-se um aumento no valor de 2.022.206,97 euros, que resultou da contracção de novos empréstimos, onde ocorreu libertação de capital no montante de 3.432.760,90 euros, compensado em parte pela corrente amortização de empréstimos existentes no montante de 1.410.553,93 euros. A dívida de empréstimos m/longo no final da gerência atingiu o valor de 20.320.712,83 €.

**EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS (AMORTIZAÇÃO + JUROS) COM A DÍVIDA
A MÉDIO E LONGO PRAZO**

ANOS	2007	2008	2009	Variação 2008-2009
Amortização	918.731,94	1.362.621,74	1.410.553,93	47.932,19
Juros	606.172,76	976.824,95	338.431,49	-638.393,46
Total	1.524.904,70	2.339.446,69	1.748.985,42	-590.461,27

Em 2009 foram pagos, referente aos empréstimos de médio e longo prazo; juros no montante de 338.431,49 €; amortizações no montante de 1.410.553,93 €. De 2008 para 2009 verificou-se uma diminuição no valor de 638.393,46 euros nos juros em virtude da descida das taxas de juro.

SERVIÇO DA DÍVIDA (Amortização+Juro)

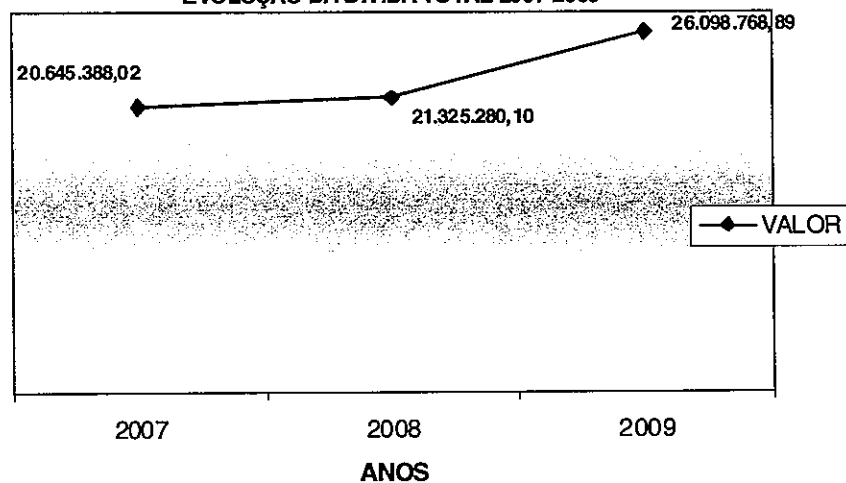


6.4 – ENDIVIDAMENTO TOTAL

ENDIVIDAMENTO TOTAL (2007-2009)

ANOS	2007	2008	2009
Médio e longo prazo			
Dividas a Instituições de Crédito - Empréstimos	18.271.465,91	18.298.505,86	20.320.712,83
Curto Prazo			
Fornecedores, c/c	652.753,52	1.059.079,55	970.403,33
Fornecedores imobilizado, c/c	1.039.330,71	1.471.116,09	3.575.026,37
Outros credores	681.837,88	496.578,60	282.626,36
Dividas a Instituições de Crédito - Empréstimos	0,00	0,00	950.000,00
Endividamento Total	20.645.388,02	21.325.280,10	26.098.768,89

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL 2007-2009



7 – Análise ao Endividamento Municipal 2009

7.1 – Análise do Endividamento Líquido Municipal

Nos termos do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL), o montante de endividamento líquido municipal, “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”, excepcionando o capital em dívida referente a empréstimos contraídos para projectos comparticipados por fundos comunitários, a empréstimos contraídos ao abrigo do despacho conjunto 177/04 e empréstimos para habitação social.

Relativamente ao limite do endividamento líquido municipal o mesmo está previsto no n.º 1 do artigo 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL).

“O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.”

CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2009	
Imposto municipal sobre imóveis	1.731.420,26
Imposto único de circulação	255.143,17
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.205.492,13
Derrama	680.538,60
Contribuição autárquica	12.824,44
Imposto municipal de sís	72.582,33
Fundo Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.639.640,00
Fundo Equilíbrio Financeiro - Capital	1.959.806,00
Participação Variável no IRS	461.949,00
TOTAL DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS + FUNDOS	10.019.395,93
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - 125% *	12.524.244,91

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM 2009

Código das Contas POBAL		Activo	Passivo
11	Caixa	6.344,91	
12	Depósitos em instituições financeiras	582.945,84	
211	Cientes, c/c	98.920,67	
212	Contribuintes, c/c	27.968,92	
213	Utentes, c/c	106.831,29	
217	Cientes e utentes c/ cauções		67.148,76
218	Cientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	109.909,03	
221	Fornecedores, c/c		548.906,68
228	Fornecedores-Facturas em recepção e conferência		421.496,65
2311	Empréstimos obtidos de curto prazo		950.000,00
2312	Empréstimos obtidos de médio e longo prazo		20.320.712,83
24	Estado e outros entes públicos	2.137,33	63.157,09
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		3.482.526,07
2618	Fornecedores de imobilizado, Fact. Recepção e Conferência		92.500,30
263	Sindicatos		493,99
267	Consultores, assessores e intermediários		210,00
268	Devedores e Credores Diversos	1.006.122,86	151.616,52
271	Acréscimos de proveitos	3.698.889,25	
272	Custos diferidos	15.251,93	
273	Acréscimos de custos		885.029,66
274	Proveitos diferidos		26.244.174,81
28	Empréstimos concedidos	54.775,14	
411	Partes de capital	1.495.313,60	
414	Investimentos em imóveis	2.433.838,60	
415	Outras aplicações financeiras	119,71	
Total		9.639.369,08	53.227.973,36
Endividamento (Passivo - Activo)		43.588.604,28	
Excluído saldo conta 274		-26.244.174,81	
Excluído saldo conta 414		2.433.838,60	
Excluídos empréstimos Comparticipados por Fundos Comunitários		-10.986.454,28	
Excluídos empréstimos Habitação Social INH		-391.208,42	
Endividamento LÍQUIDO		8.400.605,37	
Endividamento Líquido da Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo		0,00	
Endividamento Líquido da DESMOR, E.M. (100%)		15.365,78	
Endividamento Líquido da E.P.R.M, Lda. (80%)		-76.385,21	
Endividamento LÍQUIDO TOTAL		8.339.585,94	

Nota: O valor do endividamento líquido da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo é provisório, dado que até à data de encerramento da prestação de contas do Município a mesma entidade ainda não possuía valores definitivos.

Verifica-se que em 2009, o endividamento líquido municipal total atingiu o valor de 8.339.585,94 euros, ficando abaixo do limite estabelecido em 4.184.658,97 euros.

7.2 – Análise do Endividamento de Médio e Longo Prazo - Empréstimos

Relativamente ao limite da dívida com empréstimos de médio e longo prazos o mesmo está previsto no n.º 2 do artigo 39º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL).

“O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder no final de 2009 a soma do montante das receitas proveniente de impostos municipais, das participações dos municípios previstas no artigo 24.º (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS), da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativos ao ano anterior.”

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA COM EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA 2009	
Imposto municipal sobre imóveis	1.731.420,26
Imposto único de circulação	255.143,17
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.205.492,13
Derrama	680.538,60
Contribuição autárquica	12.824,44
Imposto municipal de sisa	72.582,33
Fundo Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.639.640,00
Fundo Equilíbrio Financeiro - Capital	1.959.806,00
Participação Variável no IRS	461.949,00
TOTAL DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS + FUNDOS	10.019.395,93
LIMITE DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - 100%X10.019.395,93	10.019.395,93

Nos termos dos n.ºs 5, 6 e 7 do mesmo artigo 39º nem todos os empréstimos de médio e longo prazo contam para o cálculo do limite de endividamento, conforme se demonstra em mapa que segue:

Código Pocal	Finalidade do empréstimo	Valor	Entidade		Capital em dívida	Empréstimos Excluídos do endividam	Empréstimos Não Excluídos do Endividam
23121121	Despoluição Bacia Rio Maior 1ª/2ª Fase		C.G.D.	(I)	46.040,43	46.040,43	
231211311	Intempéries Dez.95-Jan.96	31.184,84	C.G.D.	(I)	5.159,31	5.159,31	
231211312	Intempéries Dez.95-Jan.96	36.651,67	C.G.D.	(I)	6.496,76	6.496,76	
231211321	Intempéries Novembro 2000	112.166,15	C.G.D.	(I)	83.130,95	83.130,95	
23121141	Saneamento Financeiro	1.646.033,06	C.G.D.	(N)	155.104,17		155.104,17
23121152	Investimentos Diversos	2.381.759,96	C.G.D.	(IN)	1.372.149,20	956.662,42	415.486,78
23121153	Investimentos EM	7.481.968,46	C.G.D.	(IN)	5.200.865,80	3.533.988,31	1.666.877,49
23121154	Investimentos MF	3.242.186,34	C.G.D.	(N)	2.597.247,99		2.597.247,99
23121155	Investimento	450.000,00	C.G.D.	(N)	375.269,53		375.269,53
23121156	Casa da Cultura	1.737.130,00	C.G.D.	(I)	1.726.507,82	1.726.507,82	
23121157	Req. Entradas da Cidade	901.884,00	C.G.D.	(I)	789.868,24	789.868,24	
23121158	Req. Entradas das Zonas P2AA	288.000,00	C.G.D.	(I)	288.000,00	288.000,00	
23121159	Investimentos Municipais	3.984.252,00	C.G.D.	(N)	2.740.294,84		2.740.294,84
23121161	Rede Viária Concelhia 1ª Fase	225.590,84	C.G.D.	(I)	154.156,05	154.156,05	
23121162	Despoluição Bacia Rio Maior 2ª Fase	52.595,25	C.G.D.	(I)	24.985,88	24.985,88	
23121171	Requalif. Av. Dr. Mário Soares	434.895,70	C.G.D.	(I)	381.704,81	381.704,81	
23121172	Req. das Zonas P2, P4 e P6	482.677,65	C.G.D.	(I)	461.204,67	461.204,67	
23121173	Req. das Áreas Residenciais - Zona P2A	106.472,44	C.G.D.	(I)	98.832,21	98.832,21	
23121174	Despoluição Rib.S.J. e S.J.Ribeira	221.342,89	C.G.D.	(I)	189.829,92	189.829,92	
2312118	Centros Educativos	878.171,00	C.G.D.	(I)	850.335,06	850.335,06	
2312119	Prog. Reg. Dívidas a Fornecedores - PRED	631.519,00	C.G.D.	(N)	571.757,33		571.757,33
23121211	Investimento Municipal	1.530.000,00	B.P.I	(I)	1.340.218,97	1.340.218,97	
23121221	Despoluição da Bacia do Rio Maior 4ª Fase	65.174,00	B.E.S.	(I)	49.332,47	49.332,47	
231231211	Bairro Mãe D'Água	125.039,99	C.G.D.	(I)	66.595,81	66.595,81	
231231212	Bairro Dr. Sá Carneiro	404.517,52	C.G.D.	(I)	234.405,33	234.405,33	
231231213	Bairro Asseiceira	169.241,39	C.G.D.	(I)	90.207,28	90.207,28	
2312321	Prog. Reg. Dívidas a Fornecedores - PRED	421.012,00	D.G.T.F.	(N)	421.012,00		421.012,00
TOTAL					20.320.712,83	11.377.662,70	8.943.050,13

Pela análise ao quadro, apenas conta para o limite da dívida com empréstimos de médio e longo prazo o valor de 8.943.050,13 euros, tendo em 31/12/2009 o município uma capacidade e endividamento a médio e longo prazo no total de 1.076.345,80 euros (10.019.395,93 euros – 8.943.050,13 euros).

No entanto, em 2009 foi contraído um empréstimo de curto prazo no montante de 950.000,00 euros cujo mesmo não foi amortizado até 31/12/2009, passando assim a estar incluído na capacidade de endividamento a médio e longo prazo, reduzindo a mesma para um valor de 126.345,80 euros.

Atendendo que, o Município detém uma participação de 80% no capital da empresa E.P.R.M., o mesmo é responsável por 6.666,66 euros das dívidas a instituições de crédito médio e longo prazo, reduzindo assim a sua capacidade de endividamento a médio e longo prazo para 119.679,14 euros.

7.3 – Análise do Endividamento de Curto Prazo - Empréstimos

Relativamente ao limite da dívida com empréstimos de curto prazo o mesmo está previsto no n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL).

“O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas proveniente de impostos municipais, das participações dos municípios previstas no artigo 24.º (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS), da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativos ao ano anterior.”

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA COM EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO PARA 2009	
Imposto municipal sobre imóveis	1.731.420,26
Imposto único de circulação	255.143,17
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.205.492,13
Derrama	680.538,60
Contribuição autárquica	12.824,44
Imposto municipal de sisa	72.582,33
Fundo Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.639.640,00
Fundo Equilíbrio Financeiro - Capital	1.959.806,00
Participação Variável no IRS	461.949,00
TOTAL DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS + FUNDOS	10.019.395,93
LIMITE DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - 10% X 10.019.395,93	1.001.939,59

Com já foi referido anteriormente, em 2009 foi contraído um empréstimo de curto prazo no montante de 950.000,00 euros, ficando abaixo do limite da capacidade de endividamento com empréstimos de curto prazo no valor de 51.939,59 euros. No entanto, dado que o mesmo não foi amortizado até 31/12/2009, passou também a contar para o endividamento a médio e longo prazo.

Atendendo ainda que, o Município detém uma participação de 80% no capital da empresa E.P.R.M., e que a mesma apresenta nas suas demonstrações financeiras uma dívida de empréstimos a curto prazo no valor de 12.499,98 euros, o Município é responsável por 9.999,99 euros dessa mesma dívida, reduzindo assim a sua capacidade de endividamento a curto prazo.

A capacidade de endividamento total para os empréstimos a curto prazo em 31/12/2009 era de 41.939,60 euros (51.939,59 euros – 9.999,99 euros).

8. - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 das Considerações Técnicas do POCAL a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pela Assembleia Municipal mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

O saldo positivo pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património
- b) Constituição ou reforço de reservas

Ainda, nos termos do ponto 2.7.3.4 é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta « 51 - Património» corresponda a 20% do Activo Líquido e deve constituir-se o reforço anual da conta « 571 – Reservas legais» no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, o Resultado Líquido do Exercício de 2009 a submeter à aprovação da Assembleia Municipal é o seguinte:

► Resultado Líquido do Exercício de 2009	767.190,93 €
--	--------------

Propõe-se ainda a seguinte aplicação de resultados:

► Reservas Legais (5%)	38.359,55 €
► Para reforço do Património	728.831,38 €